



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

VERBOS EM KAIOWÁ: UMA DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA

BLANCA FLOR DEMENJOUR MUNOZ MEJIA

PROF. DR. ANDÉRBIO MÁRCIO SILVA MARTINS

DOURADOS

2017

BLANCA FLOR DEMENJOUR MUNOZ MEJIA

VERBOS EM KAIOWÁ: UMA DESCRIÇÃO MORFOLÓGICA

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, nível Mestrado acadêmico *stricto sensu* da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para o título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Linguística e Transculturalidade

Orientador: Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins

DOURADOS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na] Publicação (CIP).

M516v Mejia, Blanca Flor Demenjour Munoz
Verbos em Kaiowá: uma descrição morfológica / Blanca Flor Demenjour Munoz
Mejia -- Dourados: UFGD, 2017.
98f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Andérbio Márcio Silva Martins

Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Comunicação, Artes e Letras,
Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Língua Kaiowá. 2. Morfologia. 3. Verbos. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Blanca Flor Demenjour Munoz Mejia

Verbos em Kaiowá: uma descrição morfológica

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins – Orientador e Presidente da Banca

PPG Letras/FACALE/UFGD

Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcos Lúcio de Souza Góis – Membro Titular

PPG Letras/FACALE/UFGD

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral – Membro Titular

PPGL/LIP/UnB

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Eliete de Jesus Bararuá Solano – Membro Titular

UEPA/Lali-UnB

Assinatura: _____

Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante – Membro Suplente

PPGH/FCH/UFGD

Assinatura: _____

Dedico esta dissertação a todos os moradores e professores indígenas Kaiowá de Panambizinho – Dourados – MS, Aos professores Guarani e Kaiowá, acadêmicos do Teko Arandu. Dedico também à minha família, Pedro, Rosane, Pierre e Fabiano pelo apoio recebido. Atima porã! Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, especialmente por ter me presenteado com pessoas maravilhosas na minha trajetória de vida: família, amigos e amigas, professores e professoras.

Aos meus pais, Pedro Muñoz Mejia e Rosane Azevedo Demenjour, pais maravilhosos que não mediram esforços em me apoiar mentalmente, financeiramente, psicologicamente com todo o amor que me deram. Ao meu irmão, Pierre Louis Munoz Mejia Demenjour, pela companhia, pelo carinho e apoio em Dourados. À minha família toda do Rio de Janeiro, primos e primas, em especial às minhas tias maternas, Regina, Rosângela, Rosimeire, Rosilma e meus tios Rosalvo e Ronaldo, pelos quais tenho muito carinho, amor e admiração, e que só tenho oportunidade de vê-los em datas comemorativas.

Ao meu querido companheiro de todas as horas, Prof. Me. Carlos Fabiano Capato, professor em essência, maravilhoso como professor e pesquisador, amoroso e atencioso nas horas em que precisei de sua ajuda, na formatação da dissertação ou também nas conversas mais banais, além dos estudos que cada um tinha. À Eunice Capato (Nicole), minha cunhada, por ter me acolhido em sua casa muitas vezes para meu estudo particular e para minha concentração na escrita da dissertação em Vicentina-MS.

Às minhas amigas fraternas de Caarapó-MS, Bárbara da Silva Machado e Camila Kolschraiber, amigas raras que me viam dificilmente nos fins de semana, mas mesmo com a distância e a agenda lotada de cada uma não permitiram apagar o mesmo carinho de sempre. As minhas professoras e amigas, Vera Vicente, Elizete Vicente e Vilma também de Caarapó.

Às minhas amigas de Ensino Médio, Bruna Salmória e Daniela Marques, parceiras que raramente pude ver e desfrutar de suas companhias neste período de estudos.

Aos meus colegas e amigos da graduação, de um grupo muito querido, grupo que guardarei boas lembranças, registradas em fotografias de eventos, em viagens feitas a diferentes cidades do País, grupo do qual pude extrair minha essência profissional na área de Letras, o grupo do Programa de Educação Tutorial do curso de Letras da UFGD (PET Letras UFGD) durante os anos de 2011 a 2015. Agradeço em especial aos meus colegas do PET Letras e me refiro apenas aos nomes, colegas que estiveram presentes ao longo desses anos, amigos de caminhada acadêmica: Cristina Mascarenhas, Rafael Costa, Regiane Rodrigues, Juliana Rodrigues, Gabriela Oliveira, Simone Cidade, Ana Aline Frich, José Marcos Sarate, Telma Tafarelo, Mariel Motta, Virgínia Lima, Amanda Puglia, Laura Rebecca, Amanda Freire, Carolina Martins, Jéssica Almeida e Alexandre Pinho. Agradeço à Prof^a. Dr^a. Rute

Izabel Simões Conceição, tutora do PET Letras UFGD pelos conhecimentos aprendidos na área de Letras.

Às minhas queridas companheiras de Graduação e Mestrado, Bianca Estefani Meneguini, Tailane Flores Antunes, presenças fundamentais em minhas ansiedades, vitórias particulares, vitórias em grupo, publicações, comemorações de etapas e pelas incontáveis manhãs e tardes de estudo que apelidamos de “estudismo”.

Aos meus colegas de turma do Mestrado em Linguística e Transculturalidade de 2015, Luzia Bernardes, Mariza Perobelli, Diego Dias, Fabiane Moraes, Ana Paula Fernandes e Carla Scheneider, e em especial aos colegas Genildo Alcântara Mamedes e Lívia Ribeiro Viegas, colegas parceiros que sofreram junto comigo nas disciplinas e pelo partilhar da mesma “angústia”: “como vou escrever minha dissertação?”. Aos demais colegas da linha de Literatura e Práticas Culturais, Iva Carla Santos, Janieli Salgueiro, Kelly Mara, Evelin Gomes, Rafael de Souza, Luciano Primo e Jhonny Lima pela companhia em alguns momentos partilhados no Mestrado em conferências/encontros e no partilhamento de ideias e visões via redes sociais.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Andérbio Márcio Silva Martins, pela parceria e pelo desafio proposto a mim em encontrar novos horizontes na ciência, sobretudo na área de línguas indígenas, da qual eu desconhecia há dois anos. Tal parceria me fez pensar que trabalhar com línguas é um trabalho árduo, porém necessário e gratificante para quem tem paixão em ser linguista.

Ao Prof. Dr. Aryon Rodrigues (*in memoriam*) e a Prof^a. Dr^a. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, discípula incansável do professor Aryon, que mesmo distante, por meio de leituras suas encarei o desafio desta pesquisa. Sucessora do professor Aryon, profa. Dra. Ana Suelly, eu tomo como grande missão ter escrito esta dissertação.

Aos meus colegas parceiros, sob a mesma orientação do Prof. Dr. Andérbio Martins: Lívia Ribeiro Viegas, Gabriel Barros, Genildo Mamedes, colegas parceiros do PPG/Letras/UFGD. Aos professores Esp. Hemerson Vargas Catão, Profa. Me. Adriana Sales, Prof. Dr. Cássio Knapp, Prof^a. Dr^a. Denise Silva da Faculdade Intercultural Indígena – FAIND/UFGD, colegas dos quais pude extrair novas experiências na área de línguas indígenas, história indígena e Educação Escolar Indígena.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, Prof. Dr. Adair Vieira Gonçalves e Profa. Dr^a. Edilaine Buin, pelas reuniões do grupo de pesquisa Gêneros Discursivos e Formação de Professores (GEDFOR) em que pude me capacitar

profissionalmente e aprender mutuamente com meus colegas e também por tê-los acompanhado e admirado desde a graduação. Ao Prof. Dr. Marcos Lúcio Góis, atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras-UFGD), por ter contribuído com seus apontamentos sobre minha dissertação quando estava saindo da fase de projeto.

A todos os acadêmicos e professores indígenas das Turmas de Linguagens 2012 e 2013 da Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu*, turmas das quais não vou me esquecer, da amizade em sala e na viagem à UnB em agosto de 2016 que fiz com vocês, principalmente ao Fábio Conscianza, à Maria Aparecida Romero, à Rosilene Carvalho, a Rossandra Cabreira, à Dila Duarte Castelão, ao Midônio Ornelo, à Gloria Salina, colegas muito queridos e guerreiros que me ajudaram a compreender um pouco mais sobre a cultura Guarani Ñandéva e Kaiowá para o meu estudo e aprofundamento sobre as duas línguas. *Atima porãete! Péa ipenderehe!*

A todos os moradores e professores indígenas Kaiowá de Panambizinho – Dourados – MS.

Aos departamentos da UFGD, Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FACALE/UFGD), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND/UFGD) e à Biblioteca Central da UFGD e UEMS.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos CAPES cedida durante os anos em que me dediquei ao Mestrado, de 2015 a 2017.

Agradeço imensamente a Prof^ª. Dr^ª. Edilaine Buin (PPGLEtras-FACALE-UFGD), ao Prof. Dr. Levi Pereira (PPG Ant/FCH/UFGD) e a Prof^ª. Dr^ª. Graciela Chamorro (PPGH/FCH/UFGD) por suas enriquecedoras contribuições quanto à escrita da dissertação, apontamentos linguísticos e histórico-antropológicos no meu período de qualificação. Agradeço especialmente a banca examinadora da defesa, ao Prof. Dr. Marcos Lúcio de Souza Góis, do PPGLEtras-FACALE-UFGD. A Prof^ª. Dr^ª. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da Universidade de Brasília (Lalli-UnB), a Prof^ª. Dr^ª. Eliete de Jesus Bararuá Solano (UEPA/Lalli-Unb), estudiosos que contribuíram com seus julgamentos e apontamentos do ponto de vista linguístico da minha dissertação. Ao Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante (PPGH/FCH/UFGD), que muito contribuiu com seus julgamentos e apontamentos do seu ponto de vista histórico e antropológico sobre o capítulo sobre o povo Kaiowá na minha dissertação. Agradeço especialmente ao meu orientador e Prof. Dr. Andrébio Márcio Silva Martins, do PPGLEtras-FACALE-UFGD e

também professor de Linguagens do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu* (FAIND/UFGD), pelo tempo, pela paciência e determinação dedicados a esta pesquisa comigo. Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo realizar um estudo descritivo da morfologia flexional e morfologia derivacional da classe de verbos em Kaiowá, língua do sub-ramo I da família Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984/1985), falada no Brasil na região sul de Mato Grosso do Sul. Como se trata de um estudo linguístico-antropológico, apresentamos um breve panorama histórico-antropológico do povo Kaiowá, conforme Brand (1993,1997), Pereira (1999, 2004), Chamorro (2008, 2015), Maciel (2012) e Cavalcante (2013). Contemplamos neste estudo a história da Terra Indígena Panambizinho, pois foi onde ocorreu parte do trabalho de campo para a coleta de dados. Apresentamos também breves apontamentos da realidade da escola indígena de Panambizinho, Pa'i Chiquito Pedro, local em que o Kaiowá se apresenta como língua de instrução e como disciplina curricular. Para este assunto, utilizamos os dados das pesquisas de Veron (2013), Pedro e Pedro (2015). Em seguida, expusemos os aspectos linguísticos realizados anteriormente acerca dessa língua, sobretudo de Cardoso (2008). Baseamo-nos nos estudos tipológico-funcionais em Bybee (1985), Dixon (2010), Payne (1997) e Givón (1984) para a descrição da língua Kaiowá, bem como de trabalhos descritivos de outras línguas Tupí-Guaraní, com base principalmente nos estudos realizados por Rodrigues (1947, 1951, 1952, 1953, 1981, 1996, 2001), Rodrigues e Cabral (2005, 2006, 2011, 2012, 2014), Cabral (2001). Para a descrição morfológica da língua, utilizamos os dados coletados em campo, aplicação parcial de lista de palavras para línguas indígenas elaborado por linguistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro (GREEN, 1960), e as descrições de estudos anteriores, como os trabalhos de Barros (2014) e Taylor e Taylor (1966). Para a descrição das categorias flexionais, descrevemos os prefixos pessoais, prefixos relacionais, os modos verbais em Kaiowá e alguns sufixos aspectuais. Para as categorias derivacionais, descrevemos a categoria de voz da língua. Espera-se, com esta pesquisa, uma contribuição para ampliação dos conhecimentos de algumas categorias morfológicas flexionais e derivacionais da língua e, desse modo, que estas descrições possam servir de fonte para a produção de materiais didáticos a serem utilizados no ensino de língua Kaiowá como primeira língua nas escolas indígenas Kaiowá.

Palavras-chave: Língua Kaiowá; Morfologia; Verbos.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a descriptive study of the flexional morphology and derivational morphology of the class of verbs in Kaiowá, language of sub-branch I of the Tupí-Guaraní family (RODRIGUES, 1984/1985), spoken in Brazil in the southern region of Mato Grosso do Sul. As it is a linguistic-anthropological study, we present a brief historical-anthropological panorama of the Kaiowá people, according to Brand (1993,1997), Pereira (1999, 2004), Chamorro (2008, 2015), Maciel (2012) and Cavalcante (2013). We contemplate in this study the history of the Panambizinho Indigenous Land, because it was where part of the fieldwork took place for the data collection. We also present brief notes on the reality of the indigenous school of Panambizinho, Pa'i Chiquito Pedro, where Kaiowá presents itself as a language of instruction and as a curricular discipline. For this subject, we used the research data of Veron (2013), Pedro e Pedro (2015). Next, we present the linguistic aspects previously made about this language, especially Cardoso (2008). We base ourselves on the typological-functional studies in Bybee (1985), Dixon (2010), Payne (1997) and Givón (1984) for the description of Kaiowá language, as well as descriptive works of other Tupí-Guaraní languages, mainly based in the studies conducted by Rodrigues (1947, 1951, 1953, 1981, 1996, 2001), Rodrigues e Cabral (2005, 2006, 2011, 2012, 2014), Cabral (2001). For the morphological description of the language, we used data collected in the field, partial application of a list of words for indigenous languages elaborated by linguists of the National Museum of Rio de Janeiro (GREEN, 1960), and descriptions of previous studies, such as the works of Barros (2014) and Taylor e Taylor (1966). For the description of the flexional categories, we describe the personal prefixes, relational prefixes, the verbal modes in Kaiowá and some aspectual suffixes. For the derivational categories, we describe the category of voice of the language. With this research, we hope to contribute to increase the knowledge of some inflectional and derivational morphological categories of the language and thus these descriptions can serve as a source for the production of didactic materials to be used in Kaiowá language teaching as the first language in Kaiowá indigenous schools.

Keywords: Kaiowá language; Morphology; Verbs.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

- Quadro 1.** Número de professores indígenas e não indígenas atuantes em Panambizinho, conforme Geisabel Veron (2013). 43
- Quadro 2.** Número de professores indígenas segundo níveis escolares e grau de formação docente – Geisabel Veron (2013). 43
- Quadro 3.** Carga horária semanal (CH/S) das disciplinas de língua materna e de segunda língua no Ensino Fundamental I e II – Geisabel Veron (2013)..... 44
- Quadro 4.** Carga horária semanal (CH/S) das disciplinas de língua materna e de segunda língua no Ensino Fundamental I e II – Leide S. Pedro e Patrícia S. Pedro (2015)..... 45
- Quadro 5.** Número de professores de língua portuguesa monolíngues em língua portuguesa e bilíngues - Geisabel Veron (2013)..... 46
- Figura 1.** Localização da língua Kaiowá na Família Tupí-Guaraní..... 50

LISTA DE ABREVIATURAS

1sg.	Pronome primeira pessoa do singular
1pl.incl.	Pronome primeira pessoa do plural inclusiva
1pl.excl.	Pronome primeira pessoa do plural exclusiva
1sg.-	Prefixo primeira pessoa do singular
1pl.incl.-	Prefixo primeira pessoa do plural inclusiva
1pl.excl.-	Prefixo primeira pessoa do plural exclusiva
2sg.	Pronome segunda pessoa do singular
2pl.	Pronome segunda pessoa do plural
2sg.-	Prefixo segunda pessoa do singular
2pl.-	Prefixo segunda pessoa do plural
2CORR-	Prefixo de segunda pessoa singular correferencial
3-	Prefixo de terceira pessoa singular/plural
3CORR-	Prefixo de terceira pessoa correferencial
ABL	Ablativo
CAUS	Causativo
C.COM	Causativo-Comitativo
CIRC	Circunstancial
CONC	Concessivo
COMPL	Completivo
COL	Coletivo
C.PREP	Causativo-Prepositivo
DAT	Dativo
DES	Desiderativo
DIR	Voz Direta

ENF	Enfático
GER	Gerúndio
INT	Intensivo
INV	Voz Inversa
LOC	Locativo
LP	Locativo-Pontual
NEG	Negação
N.OBJ	Nominalizador de Objeto
PERL	Perlativo
PERM	Permissivo
POSP	Posposição
PROJ	Projetivo
PROSP	Prospectivo
R^x	Prefixo relacional X (1, 2, 3 ou 4)
RECIP	Recíproco
REFL	Reflexivo
REL	Relativo
RETR	Retrospectivo
SUBJ	Subjuntivo
SUBJ.2	Subjuntivo 2
TOTAL	Totalitivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I.....	22
1. POVO KAIOWÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS.....	22
1.1 Aspectos históricos, culturais e educacionais do povo Kaiowá	22
1.2 Aspectos Históricos e Culturais	23
1.3 Dados sobre a contextualização socioeducacional e linguística da escola Pa'i Chiquito Pedro – Panambizinho/Dourados - MS	41
CAPÍTULO II.....	49
2. A FLEXÃO VERBAL EM KAIOWÁ	49
2.1 A classificação genética da língua Kaiowá e seus estudos descritivos	49
2.2 Descrição morfológica da classe de verbos da língua Kaiowá.....	51
2.2.1 Prefixos pessoais em Kaiowá.....	52
2.2.2 Prefixos relacionais em Kaiowá	56
2.2.3 Modos verbais em Kaiowá.....	64
2.2.3.1 Modo Indicativo	64
2.2.3.2 Modo Imperativo.....	66
2.2.3.3 Modo Gerúndio	70
2.2.3.4 Modo Subjuntivo.....	74
2.2.4 Sufixos Aspectuais	76
CAPÍTULO III.....	80
3. A DERIVAÇÃO VERBAL EM KAIOWÁ	80
3.1 Derivação verbal em línguas Tupí-Guarani: vozes.....	80
3.2 As vozes em Kaiowá	80
3.2.1 Voz média reflexiva em Kaiowá: <i>je- ~ nhe-</i>	81
3.2.2 Voz média recíproca em Kaiowá: <i>jo- ~ nho-</i>	83
3.2.3 A voz causativa em Kaiowá: <i>mbo- ~ mo-</i>	84
3.2.4 A voz causativa-prepositiva em Kaiowá: <i>-uka</i>	84
3.2.5 A voz causativa-comitativa em Kaiowá: <i>era- ~ er- ~ ra- ~ r-</i>	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

Antes de apresentar esta dissertação, apontamos primeiramente o processo para a elaboração da escrita deste trabalho. Iniciei os estudos no início de abril de 2015. Naquele ano, cursei setes (7) disciplinas, contabilizando trezentos e sessenta horas aula (360h/aula). Dentre estas disciplinas, duas delas foram disciplinas obrigatórias: Introdução aos Estudos em Linguística Aplicada (60h/aula) e Teorias Linguísticas (60h/aula). Ambas as disciplinas foram fundamentais para compreender os fenômenos básicos da Linguística e da Linguística Aplicada.

No ano seguinte, em 2016, cursei três (3) disciplinas fundamentais para o conhecimento sobre a compreensão da descrição e do ensino de línguas indígenas. Neste mesmo ano cursei o Estágio de Docência (30h/aula), Ensino de Língua em Contextos Complexos (60h/aula) e Tópicos Especiais I: Morfologia de Línguas Indígenas Brasileiras (30h/aula), somando ao todo cento e vinte horas aula (120h/aula) no meu segundo ano de formação.

Na primeira disciplina de 2016, Estágio de Docência, estive presente com os acadêmicos e professores indígenas da Educação Básica no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* (FAIND/UFGD). Participei de duas disciplinas da área de Linguagens: Estudos Contrastivos II e Análise Linguística I, auxiliando o professor Andrébio no que fosse possível. Nestas disciplinas de estágio, pude compreender e observar nas aulas o funcionamento das línguas Guarani Nhandeva e Kaiowá¹, línguas dos acadêmicos indígenas do Curso. Tive a oportunidade de expor meu projeto de pesquisa aos acadêmicos e professores Kaiowá.

Nas outras duas disciplinas de 2016, Ensino de Língua em Contextos Complexos e Morfologia de Línguas Indígenas Brasileiras, tive uma importante formação para a compreensão dos trabalhos que haviam sido feitos sobre línguas indígenas e também sobre a concepção e prática de ensino das línguas indígenas nas escolas indígenas. Estas disciplinas também contribuíram para o processo de escrita desta dissertação.

O que me motivou a ingressar nos estudos de línguas indígenas foi o desafio aceito em assumir um trabalho que contribuiria com a ampliação dos estudos já disponíveis desta língua.

¹ Adotamos na dissertação a escrita de “kaiowá” com a letra “k” inicial em letra maiúscula, “K”, por assumirmos em uma mesma palavra as referências para povo e língua simultaneamente e também como destaque para o leitor sobre a evidência da palavra em nosso trabalho, tal como referenciamos o nome de um lugar, cidade ou estado, uma referência toponímica.

Aceitei iniciar um novo estudo sem saber como era fazer um trabalho de descrição de língua indígena, porém já sabia alguns conhecimentos fundamentais de Linguística. Para mim, o desafio foi aceito porque a descrição de determinados fenômenos linguísticos atuais, que estão em uso e “visíveis” para quem fala uma língua, serviria de base para a produção de materiais e recursos didáticos para o ensino da língua no seu estado atual, instrumentos pedagógicos que ainda permanecem escassos nas escolas indígenas Guarani e Kaiowá. Por isso, a busca por um trabalho que contribuísse com esse projeto foi crucial para o início dos estudos em línguas indígenas.

Houve sim um período de certa resistência e relutância de minha parte, ainda não estava convencida em estudar uma língua desprestigiada pelo público em geral da região em que moro, isso ocorreu logo no início do Mestrado. Porém, à medida que buscava na memória a minha trajetória como graduanda e, ao lembrar algumas aulas de Português como segunda língua em que me deslocavam da sociedade egocêntrica e europeizada, somado à variedade de estudos mobilizados em projetos de pesquisa, ensino e extensão já me tornariam a mudar o estudo com facilidade e também a questionar o modo de ver não indígena. Percebi que a minha sensibilidade para a causa indígena mudou, quando não mais via os indígenas como uma mera expectadora que sentia, tal como o senso comum, crer na imagem da criança ou adulto indígena que pede por comida, mas como alguém interessado em contribuir ativamente com a sociedade indígena e seus representantes. Assumi um trabalho que pode ser importante para professores indígenas e acadêmicos que buscam, através da educação, ensinar aos povos indígenas a resistir uma sociedade injusta, da qual também fazemos parte, em que vimos os constantes casos de corrupção, lavagem de dinheiro e extorsão; e a resistir pela permanência da língua entre eles. Minha concepção inicial só mudou completamente quando estive imersa no mundo acadêmico e escolar indígena, em que os indígenas estudam, trabalham, lutam e, principalmente, ensinam crianças e jovens a lutar por melhores condições na vida, na saúde e na educação. E quando há gente interessada em resistir e lutar, posicionei lado a lado destas pessoas, por ter convivido, mesmo que por pouco tempo, por quase dois anos, com esta realidade de vida.

É importante também contextualizarmos o porquê de estudar línguas indígenas brasileiras e a realidade de uma dessas línguas, a língua Kaiowá no contexto do Estado de Mato Grosso do Sul.

A língua Kaiowá faz parte do pequeno grupo de línguas no Brasil cujos falantes ainda a adquirem como primeira língua (cf. CHAMORRO e MARTINS, 2015). É falada pela

maioria dos que se autoidentificam Kaiowá e vivem na região conhecida como Cone Sul do Mato Grosso do Sul (BRAND, 1997).

A preocupação pelo estudo da língua Kaiowá na presente dissertação se deve ao fato de essa língua se encontrar em um estado vulnerável, segundo a Unesco (2010). Isto é, embora a língua passe de geração a geração, o seu uso continua sendo restrito a atividades familiares e religiosas, com alta funcionalidade na modalidade oral e com pouca funcionalidade na modalidade escrita.

De registro escrito, os primeiros estudos referentes à língua Kaiowá coincidiram com a chegada de missionários/linguistas à região no final da década de 1950. Os grupos de missionários e linguistas eram ligados ao *Summer Institute of Linguistics (SIL)*, e suas atuações resultaram na tradução da Bíblia e em diversos trabalhos descritivos dessa língua para fins religiosos.

Dessa forma, o objetivo desse estudo torna-se importante para a busca da ampliação do conhecimento linguístico acerca, principalmente, dos verbos, sua constituição morfológica e alguns aspectos morfossintáticos. Para isso, assumimos que a língua Kaiowá, assim como outras línguas indígenas brasileiras, necessita ainda de uma ampla documentação, análise e descrição, o que contribuirá para quem for buscar esta pesquisa ter conhecimento sobre a microestrutura de um aspecto da língua e ampliar para fins didáticos.

Esta dissertação trará uma contribuição importante principalmente para acadêmicos e professores da área de Linguagens da Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu* (FAIND/UFGD), uma vez que o estudo apresentou dados observados por acadêmicos, e o estudo para a necessidade de sistematizar os conhecimentos básicos da morfologia do verbo em Kaiowá.

Além disso, este trabalho visa ampliar os estudos de línguas indígenas brasileiras, sobretudo do tronco Tupí e da família linguística Tupí-Guaraní, da qual a língua Kaiowá faz parte.

No tocante aos objetivos e pontos importantes de contribuição desta dissertação, torna-se necessário detalhar a metodologia que adotamos, visto que não apoiamos a escrita de um capítulo específico para isto. Os nossos procedimentos metodológicos e coleta de dados estão apoiados em três procedimentos: em primeiro lugar, a reanálise das descrições dos dados encontrados na tese de doutorado de Cardoso (2008); os dados obtidos e analisados nas duas disciplinas citadas anteriormente: Análise Linguística I - Turma 2013 e Estudos Contrastivos II - Turma 2012, realizadas de julho a setembro de 2016; e por último, a elicitación de sentenças e palavras em Kaiowá, obtida através de acadêmicos do *Teko Arandu* e falantes do

Kaiowá, com base no questionário padrão elaborado por linguistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro (GREEN, 1960) no primeiro semestre de 2017.

Na primeira fase metodológica, a reanálise dos dados de Cardoso (2008) foi observada de acordo com a bibliografia de autores da linguística tipológica-funcional como os de Givón (1984), Payne (1997), Dixon (2010) e com base nos estudos descritivos de línguas indígenas como os de Rodrigues (1947, 1951, 1952, 1953, 1981, 1996, 2000, 2001), Cabral (2000, 2001), Cabral e Rodrigues (2007) e Rodrigues e Cabral (2005, 2006, 2011, 2012, 2014).

O sistema de escrita utilizado para a apresentação dos dados da língua Kaiowá é o mesmo elaborado pelos linguistas da Missão Caiuá. Trata-se de um dos sistemas práticos utilizados por indígenas guarani e kaiowá². Cabe destacar que muitos dos dados linguísticos utilizados aqui provêm de Taylor e Taylor (1966) e Barros (2014), para além dos nossos dados coletados em campo.

Na segunda fase metodológica, o convívio da pesquisadora com os acadêmicos das turmas 2012 e 2013 da área de Linguagens, principalmente com falantes e moradores da Terra Indígena Panambizinho, foram importantes para o registro de novas sentenças em Kaiowá, nomes e predicados verbais. Neste convívio foi possível registrar novas sentenças para a classe de verbos e predicados verbais para esta dissertação. Entre os meses de julho a setembro de 2016, observei duas etapas específicas do Curso *Teko Arandu*. A primeira etapa foi o Tempo Universidade (1º sem/2016), para as disciplinas de: Laboratório de Análise Linguística I (Turma de 2013), contando por volta de 20 a 30 alunos/professores indígenas em formação e Estudos Contrastivos II (Turma de 2012), contando por volta de 15 a 20 alunos/professores indígenas em formação. Foram observadas 30 horas/aula para cada disciplina, ou seja, três (3) dias nos períodos matutino e vespertino de cada disciplina. A segunda etapa presencial do Tempo Universidade (2º/2016) aquelas mesmas turmas foram acompanhadas e com a mesma carga horária exigida pelo curso 30horas/aula, totalizando ao final dos dois semestres com 72 horas/aula, 60 horas/aula realizada no Tempo Universidade e 12 horas/aula levadas para o Tempo Comunidade (realização de atividades nas comunidades com o atendimento pedagógico dos professores da FAIND).

Na disciplina de Laboratório de Análise Linguística I (Turma 2013), eu os discentes pudemos compreender melhor o funcionamento fonético e fonológico da língua, o ensino destes aspectos fonético-fonológicos para a formação do professor indígena e a importância do ensino da gramática da língua materna e da segunda língua nas escolas indígenas. Na

² Sobre a escrita elaborada pela Missão Caiuá, ver Barros (2014).

disciplina de Estudos Contrastivos II (Turma 2012), pudemos compreender os aspectos básicos morfológicos da língua e a relação contrastiva da língua Kaiowá e a Língua Portuguesa, apresentar meu projeto de pesquisa aos alunos e professores indígenas em formação e registrar sentenças relacionadas à organização interna do Kaiowá a respeito de verbos e predicados verbais.

Por fim, o último procedimento metodológico adotado pela pesquisadora foi a elicitación de sentenças e palavras em Kaiowá, obtida através do questionário-padrão elaborado por linguistas do Museu Nacional do Rio de Janeiro (GREEN, 1960), questionário contendo 574 palavras e sentenças, agrupadas em 341 conjuntos, analisado no primeiro semestre de 2017, em abril e maio de 2017. No primeiro mês, o processo de registro foi realizado na FAIND, no Tempo Universidade e no segundo mês, no Tempo Comunidade, em Panambizinho, Dourados-MS. Enfatizamos que, para a realização deste terceiro procedimento metodológico, os acadêmicos do *Teko Arandu*, professores indígenas, falantes do Kaiowá e moradores de Panambizinho, Dourados-MS, os acadêmicos Fábio Concianza (Turma de 2012), Geisabel Veron (Turma 2013), Leide e Patrícia da Silva Pedro (Turma 2015) foram os principais colaboradores desta dissertação. Além disso, o professor Esp. Hemerson Catão, professor da área de Linguagens da FAIND, também foi outro colaborador importante neste processo escrito.

Nem é preciso dizer, todos sabemos que trabalho dessa natureza não consegue abarcar todos os fenômenos de uma dada língua e que os estudos realizados figuram apenas como análises provisórias, tendo em vista que o aprofundamento das descrições para entender o funcionamento de uma língua só é efetivado quando se reúnem mais conhecimentos não apenas linguísticos, mas também culturais. Por isso, esta dissertação não tem a pretensão de invalidar os trabalhos posteriores ao que se pretendeu realizar aqui, pois entendemos a importância de uma complementação desses estudos, bem como revisão de análises já realizadas.

Consideramos que, para ampliação dos estudos descritivos desta língua, fosse necessária a minha aproximação com trabalhos realizados sobre a trajetória histórica e cultural do povo Kaiowá, principalmente da TI Panambizinho³, onde parte dos dados foi coletada. Esta área está situada próxima à via MS-379, distrito de Panambi – Dourados-MS e contabilizava em 2010 uma população estimada de 306 indígenas, conforme os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012).

³ Terra Indígena Panambizinho.

Os trabalhos produzidos sobre a TI Panambizinho e citados ao longo da dissertação se justificam por ser uma das poucas áreas indígenas do Cone Sul do Mato Grosso do Sul⁴ que não possui uma intervenção massiva de não indígenas e de indígenas de outras etnias, sendo, portanto, uma área tradicionalmente Kaiowá.

Para a compreensão dos aspectos históricos e culturais dos Kaiowá, uma vez que se tornam imprescindíveis estes conhecimentos para o avanço dos nossos estudos linguísticos, utilizamos os seguintes estudos: Brand (1993, 1997), Pereira (1999, 2004, 2012), Maciel (2012), Cavalcante (2013) e Chamorro (2008; 2015). Ressaltamos que língua e cultura estão sempre unidas, pois quando mudanças históricas e culturais ocorrem, novos significados sobre o contexto físico e social são mobilizados, então, a língua também acompanha as mudanças e, conseqüentemente, altera a microestrutura da língua, sobretudo nos casos de interferência linguística de outras línguas. Ou seja, uma vez considerado que quando há mudança na cultura é possível que resulte em algumas mudanças na língua.

Destacamos a importância de atividades culturais preservadas e não preservadas, assim como o processo de luta e permanência nas terras tradicionais. Isso se revela importante, devido à língua ser atingida diretamente quando aspectos da cultura tradicional já não são mais praticados. Neste último caso, tendo sido registrados boa parte deste conhecimento ainda está presente na memória daqueles que vivenciaram experiências ou para aqueles a quem foram transmitidos tais conhecimentos. Além disso, a redução territorial sofrida por esse povo resultou também na perda de conhecimentos sobre a fauna, flora e atividades culturais como caça, pesca, artesanato, rituais. Enfim, para cada elemento perdido/substituído devido a conflitos nas questões territoriais e culturais, inegavelmente, tais situações refletem no uso da língua.

Com relação ao ensino da língua Kaiowá, acreditamos que fosse necessário apresentar aqui como este ensino é ofertado na escola da TI Panambizinho sob o olhar dos próprios indígenas, para tanto, fizemos uso de duas pesquisas realizadas por estudantes indígenas da Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu*, dos anos de 2013 e 2015 sobre a realidade da Educação Escolar Indígena da TI Panambizinho. O acesso a essas informações se fez importante para compreender os motivos que levam o ensino da língua materna ainda carecer de um trabalho mais aprofundado, do ponto de vista linguístico, na escola em questão. O principal motivo identificado é o difícil acesso a trabalhos descritivos que sejam

⁴ Para mais informações sobre a região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul, áreas tradicionalmente Guarani e Kaiowá, Território EtnoEducativo e Educação Escolar Indígena da região, sugerimos a leitura de Knapp (2016)

compreensíveis aos professores indígenas dessa escola. Nesse sentido, o estudo sobre verbos proposto aqui pode ser interessante para professores de Kaiowá atuantes desta escola, no que se refere à elaboração de materiais didáticos ou propostas de atividades didáticas referentes à microestrutura da língua no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A seguir, apresentamos no Capítulo I os aspectos histórico-antropológicos e culturais a respeito do povo Kaiowá, bem como parte da realidade da Educação Escolar Indígena da escola Pa'i Chiquito Pedro, da TI Panambizinho e a relação do ensino da língua materna com o foco da nossa pesquisa. Apresentamos no Capítulo II os principais aspectos da morfologia flexional dos verbos em Kaiowá e, por fim, no capítulo III, uma pequena descrição da morfologia derivacional no que diz respeito às possibilidades de criação de novos verbos a partir de processos próprios para esta função.

Antes de passarmos ao capítulo inicial desta dissertação, cabe destacar que muitos outros estudos precisam ser realizados para ampliarmos o conhecimento do verbo e dos predicados verbais em Kaiowá, sobretudo no que diz respeito à transitividade verbal, ordem das palavras e dos sintagmas, a relação entre as orações da língua (independentes, dependentes), coordenação e subordinação, e as noções de tempo, aspecto e modalidade da língua, pois nos detivemos apenas a uma descrição morfológica (flexão e derivação).

CAPÍTULO I

1. POVO KAIOWÁ: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS

1.1 Aspectos históricos, culturais e educacionais do povo Kaiowá

Neste capítulo apresentamos alguns aspectos históricos e culturais do povo Kaiowá para o conhecimento de um leitor com pouco ou nenhum conhecimento acerca desse povo⁵. Apresentamos as explicações sobre o surgimento do nome *kaiowá*, mudança do nome através da história e, em seguida, apontamos as principais unidades territoriais e sociais que regiam e/ou ainda regem o modo de viver indígena, como o *tey'í*, o *tekoha*, o *guará* e a parentela, além dos aspectos culturais e religiosos praticados, alguns com alta frequência, outros com baixa frequência e alguns que permanecem apenas na memória dos mais velhos, como *Kunumi Pepy* e o *Ñemenda*, por exemplo. Por fim, encerramos este capítulo apresentando um pouco da realidade da Educação Escolar Indígena da TI Panambizinho e alguns aspectos da realidade do ensino de língua materna na escola.

Seguimos também, neste capítulo, com a história e as modificações territoriais no processo de luta dos indígenas da TI Panambizinho. Destaco que o estado atual de alguns aspectos da língua que se encontram descritos nesta dissertação pode ter ocorrido devido a forte influência dos processos de mudanças culturais e territoriais pelos quais o povo Kaiowá tenha/têm passado, uma vez que a língua reflete as condições de vida social de um povo. Isso é acentuado a partir do contato mais intenso com a sociedade majoritária desde o início do século XX e com a aproximação e interação cada vez maior com falantes do Guarani Ñandéva e do Guarani Paraguaio, para além do português e do espanhol.

Mesmo considerando um povo que ocupa uma área tradicionalmente Kaiowá, as intervenções realizadas por não indígenas pertencentes a instituições externas, presença de missionários, posto de saúde, escola e com uma expressiva redução territorial podem ter desencadeado mudanças linguísticas, para além das mudanças naturais pelas quais uma língua passa. A compreensão das mudanças históricas e culturais pode resultar em mudanças linguísticas cujos reflexos, no que se refere às propriedades verbais, podem ser verificados posteriormente a partir da descrição realizada nesta dissertação.

⁵ Para informações aprofundadas acerca do povo Kaiowá, sugiro a leitura das seguintes obras: Brand (1993,1997), Pereira (1999, 2004), Chamorro (2008, 2015), Maciel (2012) e Cavalcante (2013).

1.2 Aspectos Históricos e Culturais

(a) *Kaiowá ou Ka'agua? Denominações através dos tempos*

Atualmente, alguns povos do sub-ramo I da família Tupí-Guaraní encontram-se ao leste do Rio Paraguai: Ñandéva/Chiripá, Mbyá e Kaiowá⁶, sendo este último chamado no Paraguai de Pai Tavvyterã⁷ (MELIÀ, GRÜNBERG e GRÜNBERG, 1976, p. 217). Na fronteira brasileira, Brand (1993, p.1) apresenta os Kaiowá como um povo situado “[...] na região Oriental do Paraguai e na região da Grande Dourados. É dividido ao meio pela linha de fronteira seca que separa os dois países”.

O povo Kaiowá, no lado brasileiro, geograficamente está situado na região sul do Mato Grosso do Sul:

[...] aproximadamente 100 Km em sua extensão leste-oeste, indo também cerca de 100 Km de ambos os lados da cordilheira do Amambaí (que compõe a linha fronteira Paraguai-Brasil) inclusive todos os afluentes dos rios Ápa, Dourados, Ivinhema, Amambai e à margem esquerda do Rio Iguatemi, que limita o sul do território Kaiowá e o norte do território Ñandéva, além dos rios Aquidabán (Mberyvo), Ypane, Arroyo, Guasu, Aguararay e Itanarã do lado Paraguaio, alcançando perto de 40 mil Km² [...]. Algumas famílias kaiowá também vivem, atualmente, em aldeias próximas às Mbyá no litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Para o significado da palavra Kaiowá, a historiadora e antropóloga Graciela Chamorro (2015, p. 34) afirma que o termo “*kaiowa* deriva de *ka'agua*” – *ka'a* ‘mata’ e o sufixo *-gua* ‘que viviam na’. Ou seja, o povo Kaiowá vivia pelas matas, muitas vezes o termo foi traduzido para o espanhol, segundo a autora, como “monteses”, “montareces” e “montañeses” (idem).

O termo *ka'agua* foi traduzido por outro termo Guaraní como “*yanaigua* ou *ñanaigua*”, que também se denomina como a população falante Guaraní que vivia no mato (“*yana* ou *ñana*”) (CHAMORRO, 2015, p. 34). No sentido pejorativo, o termo *ka'agua* era tomado nos primeiros contatos com os jesuítas espanhóis como “grupos indígenas que viviam à margem da sociedade colonial”, considerados no sentido religioso como ‘infieis’ e culturalmente como ‘bárbaros’ (MELIÀ, GRÜNBERG e GRÜNBERG, 2008, p. 33-34).

6 O termo Kaiowá será adotado da seguinte forma: para fazer referência ao povo à língua: “povo Kaiowá”, “língua Kaiowá”, mas mantivemos as formas gráficas que ocorrem nas citações.

7 Calcula-se um total de 8.026 Pai Taviterã no Paraguai em 42 comunidades localizadas em grande parte no departamento de Amambai e em menor número em Concepción, Canindeiú e San Pedro. Os indígenas Mbyá e Ava-Guarani também estão distribuídas no Paraguai (MELIÀ, 1997, p. 99 *apud* BRAND, 1997).

O primeiro registro do termo *ka'agua* apareceu em uma carta do jesuíta Claudio Ruyer, em 1627, porém registrada na Carta Anua de 1635, na redução de Santa Maria la Mayor del Yguázu, quando o jesuíta falava dos combates dos indígenas às margens do rio Iguazu, em que os nomeia de '*Caayguas*' (CHAMORRO, 2015, p. 35).

Outra forma escrita foi adotada pelo jesuíta peruano Antonio Ruiz de Montoya em seu *Vocabulario de la lengua Guarani*, 1640, em seu sentido genérico “quem procede e vive no mato” com as seguintes grafias adotadas para tal “*ka'ayguára, ka'apeguára*” (MONTROYA, 1876, v. 2, p. 99 apud CHAMORRO, 2015, p. 35). Em outros registros, principalmente os de missionários jesuítas espanhóis, aparecem outras grafias, como '*Kaywáz, Caiuá, Caiuás, Cayuá, Cayuaz*' (CHAMORRO, 2015, p. 38).

Nos séculos XVI e XVII, esse povo próximo ao rio Paraguai vivia na fronteira brasileira, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Os portugueses e espanhóis que vieram até esta região na busca de riquezas encontraram os *ka'agua* que viviam nas matas. De acordo com Melià, Grünberg e Grünberg (2008), no porto de Itatin sobre o rio Paraguai, os *ka'agua* são os antigos Itatin, porém com esta denominação para se referir aos indígenas não convertidos à religião cristã dos missionários:

[...] son lós Itatin, pero conceptuados nuevamente por el processo colonial: lós Caagua son aquellos Itatín no colonizados ni misionados, pero em contato com la colônia y las misiones ahí, estribaria su identidade y su diferencia” (MELIÀ, B; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F, 2008 [1976], p. 168)⁸.

Isso revela que a visão não indígena para a nomeação de grupos indígenas ocorreu do mesmo modo em outras regiões do país. No Nordeste, por exemplo, na mesma época colonial, John Monteiro (2001, p. 25) ressalta que os portugueses chamavam de *tupi* os grupos indígenas amigos, e de *tapuia* os grupos inimigos. Combès (2004, p. 256-257) afirma que o homônimo de *tapuia*, *tapii* significa o mesmo que ‘escravo’ em Guarani, o que revela o sentido pejorativo do termo, e que ocorre do mesmo modo que ‘viver na mata’, ‘bárbaros’ para o termo *ka'agua*. Ou seja, na visão não indígena da época colonial, *ka'agua* é um termo para não civilizado.

Muitas famílias Kaiowá que resistiram às missões jesuíticas se encontravam nas matas, porém, ao fim do século XIX até o século XX, os Kaiowá e tantos outros povos indígenas sofreram um processo de redução de suas terras a pequenas áreas. Tal processo de

⁸ “[...] são os Itatin, mas conceituados novamente pelo processo colonial: os Caaguá são aqueles Itatin não colonizados nem missionados, mas em contato com a colônia e as missões aí, apoiaria sua identidade e sua diferença”.

expulsão territorial ocorreu pela exploração da erva-mate, com o uso da mão de obra indígena desde o final do século XIX e intensificada no século XX, inclusive para serviços urbanos, como a instalação de postes telegráficos na região, e no século XXI, mais recentemente, com o asfaltamento e recapeamento de estradas, auxiliar de construção civil, garis, serviços gerais, babás, empacotadores em mercados e empregadas domésticas. Isso causou transformações na organização social, política, territorial e cultural da parentela e no modo de se relacionar com a cultura não-indígena.

Os Kaiowá tiveram perdas territoriais que impactaram no seu modo de viver, mas também tiveram que adaptar algumas de suas práticas culturais e transformá-las em novas práticas, já que os contextos físico e social também tinham sido transformados. Um de seus rituais mais importantes, como o *Kunumi Pepy*⁹ já não é mais praticado, ritual em que há a perfuração do lábio inferior de meninos entre dez e treze anos e a colocação do *tembetá* (enfeite labial), sinalizando a passagem da criança para a vida adulta, segundo Maciel e Oliveira (2003). Dessa maneira, o vocabulário das roupas usadas no ritual e as ações empenhadas pelos rezadores e pais dos meninos, bem como o nome dos alimentos e a forma de preparo dos mesmos já não são frequentemente utilizados, tendo a transmissão geracional desse conhecimento prejudicada, o que passa a ter impacto linguístico sem a realização dessa prática.

A seguir, apresentamos alguns dos costumes e rituais já registrados, conforme Chamorro (2015), bem como as organizações e reorganizações no processo territorial, social e político dos Kaiowá, com base em Pereira (2004) e Cavalcante (2013). Após isso, apresentamos, de forma breve, como ocorreu o processo histórico de territorialização e reterritorialização na TI Panambizinho, no município de Dourados-MS, de acordo com Maciel (2005) e Cavalcante (2013).

(b) Atividades culturais registradas do povo Kaiowá

Apresentamos algumas atividades culturais praticadas pelos Kaiowá e que têm significativa importância para os familiares, rezadores e toda a comunidade, mesmo que algumas delas permaneçam vivas apenas na memória dos mais velhos da comunidade. São elas: (1) *Ñe'ëngatu* ou de belas palavras; (2) passagem para a vida adulta; (3) casamento; (4)

⁹ Sobre o *Kunumi Pepy*, sugerimos a leitura da seguinte obra: VERÓN, Valdelice (Org.). *Kunumi Pepy*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

vida paterna, materna e nascimento; (5) vida e morte; (6) economia e reciprocidade; (7) rituais de cura; e (8) resistência e aliança (cf. CHAMORRO, 2015).

Vale destacar, segundo Cardoso (2008), que a tinta do urucum é usada no rosto em cerimônias religiosas, costume considerado sagrado entre os Kaiowá, pois, como afirma Schaden (1974, p. 45):

Todos os objetos cerimoniais dos Kayova, inclusive a cruz (*kurusú*) usada pelos homens e o bastão (*takuá*) das mulheres, o banquinho (*apyká*) e o altar (*yvyrá*) são esfregados com urucum depois de se raspar um pouco a superfície das peças para a tinta pegar melhor (SCHADEN, 1974, p.45).

Isto é, na cultura Kaiowá, o uso do urucum para os objetos em cerimônias religiosas ainda é um costume preservado na TI Panambizinho.

De acordo com Chamorro (2015), os Kaiowá têm em sua maneira de ser (*Ñande Reko Katu*) formas próprias de compreender o nascimento, a morte, a transição de fases da vida, além de articulações política e social próprias, entre outros. O *Ñande Reko Katu*, como a autora ressalta, é um aspecto cultural e religioso que “tem a ver com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura (*teko*), o que o grupo considera próprio deles (*ñande* ‘nosso inclusivo’) e bom (*katu*)” (CHAMORRO, 2015, p. 179).

Na cultura Kaiowá, a Palavra¹⁰ tem um valor muito grandioso (cf. CHAMORRO, 1994; 2008). Com a Palavra e o bem dizer da Palavra, ou o *Ñe’êngatu*, manifesta-se a comunicação dos indígenas com as divindades, e isto é o que permite “à pessoa se desenvolver espiritualmente”.

Além disso, as práticas do Ouvir e Ver também são palavras-conceito que se tornam fundamentais na cultura Kaiowá para as seguintes funções: o estabelecimento do vínculo e reciprocidade entre as gerações mais velhas e mais novas, e o esforço em receber nos sonhos palavras inspiradoras, respectivamente, conforme Chamorro (1994; 2008).

O que Chamorro (1994; 2008) afirma é que ambas as práticas convergem no ato de “dizer” ou no “dizer-se” do indivíduo e também no ato do dizer coletivo, a soma de visões que formam a palavra mútua ou o *oñõñe’ẽ*. Juntamente a isso, o movimento se torna outra peça-chave para a Palavra, ou seja, a manifestação do movimento somado ao “dizer” é a prática da dança nos rituais, em uma espécie de “caminhada” que “ora se torna complexa e elaborada” (CHAMORRO, 2015, p. 179-180).

¹⁰ Adotamos a forma de “Palavra” com a letra inicial em maiúscula e de outras palavras-conceito da mesma forma, pois entendemos que para a cultura Kaiowá há um conjunto de significados e princípios filosóficos pertinentes que norteiam o bom modo de viver deste povo, o *Ñande Reko Katu*. Nesse sentido, a palavra não é só palavra no mundo real, mas um ser no mundo espiritual.

Tamanha espiritualidade indígena com a Palavra é caracterizada atualmente na autoafirmação de sua cultura através de um grande número de igrejas, e muitos indígenas se consideram como “crentes, evangélicos, pentecostais e fundadores de igrejas indígenas”. Para Pereira (2012 apud CHAMORRO, 2015), a fundação de tais igrejas está relacionada com novas expressões de antigas famílias extensas. Além disso, existe uma grande influência de igrejas não indígenas em Dourados e em outras cidades da região que influenciam na relação entre novos líderes indígenas e a sociedade não indígena (CHAMORRO e PEREIRA, 2015).

Sobre a passagem dos meninos para a vida adulta – *Kunumi Pepy* – sabe-se que ocorria quando os pais percorriam com os filhos até os rezadores, e então esses meninos tinham seus lábios inferiores perfurados para a inserção de um adorno corporal, o *tembetá*, e daí em diante eram considerados pela comunidade como homens. A última cerimônia em Mato Grosso do Sul ocorreu em 1993. Esta prática é ainda realizada entre os Kaiowá do Paraguai. A razão para que não se realize mais o *Kunumi Pepy* em território brasileiro é justificada por “escassearem os rezadores que conhecem o complexo ritual e por se entender que as novas gerações, de certa forma, já passam por uma iniciação ao frequentar as escolas” (CHAMORRO, 2015, p. 181). Cabe ressaltar que o *Kunumi Pepy* permanece vivo na memória.

Sobre a atividade cultural que indica a passagem das meninas para a vida adulta – *Kuña Koty* – sabe-se que ocorria (e ocorre com baixa frequência) com as meninas que tiveram/têm a primeira menstruação e continua até o último dia da segunda menstruação. Nesta atividade, todas as mulheres da família, mães, tias, avós, o rezador e sua esposa participam. Ela é precedida por um jejum da menina, que deixa de comer carne aos nove anos, conhecido como *Kuña Po’o*. Inclui também a reclusão, muitas vezes a pessoa é colocada reclusa numa casa, nela ensinam-lhe a se cuidar física e psicologicamente, para que não caia em paixão ou encantamento, *jepota*. No ambiente exterior à casa, a única forma da comunidade perceber que a jovem passou pelo *Kuña Koty* é o corte de cabelo mais curto. Na escola, a jovem normalmente é penalizada com muitas faltas por conta deste ritual, o que lhe traz certo constrangimento, pois as instituições não são sensíveis a esta atividade cultural e a impedem indiretamente a prática. Além disso, o que tem tornado raro o *Kunã Koty* é a não importância dessa prática por parte dos pais e das filhas no atual momento. Na verdade, as pessoas que se tornam pais cada vez mais jovens, embora tenham conhecimento desse aspecto mais conservador, já não compreendem como sendo necessária a sua realização, talvez por conta da influência da igreja evangélica e da própria escola. Sabe-se, no entanto, que o *Kuña Koty* é também uma espécie de proteção, o que viabilizaria uma vida mais saudável e fora de

perigo, pois os seres do mal não poderiam alcançá-las¹¹. Com a diminuição dessa prática na área indígena, é possível que muitos termos relacionados a ela já não sejam de conhecimento de todos os falantes, o que revela uma perda linguística irreparável para as próximas gerações.

Outra prática cultural característica dos Kaiowá mais antigos é o casamento ou *Ñemenda*. O *Ñemenda* não é mais praticado, mas em gerações anteriores se firmava quando o noivo e seu sogro trocavam presentes. Na festa de casamento, os noivos eram instruídos por suas famílias sobre seus papéis e, para firmar a união, comiam de um mesmo prato. Quanto aos convidados, era servido o *kagwĩ*, bebida à base de milho, e os noivos se retiravam discretamente para a rede de núpcias feita pela noiva. Porém, o que se vê atualmente, é que as famílias concebem o casamento como o fato do casal morar juntos e também se vê que cada família tem o seguimento desta celebração de acordo com sua religião, que na maioria é cristã (cf. CHAMORRO, 2015). Diante disso, é possível que eventos (ações, processos e estados), bem como outros elementos relacionados ao *Ñemenda* (adornos, comidas e artefatos), codificados na língua como verbos e nomes, podem ser de desconhecimento das gerações mais novas, pois são preservados apenas na memória dos mais velhos, diminuindo as chances de transmissão desse acervo lexical da língua para as próximas gerações. Nesse sentido, urge uma descrição mais criteriosa do vocabulário tradicional da língua Kaiowá, em termos de registro e documentação, a fim de que possam, por outras vias, serem transmitidos às crianças. Se já não é viável pela Educação Indígena, que possa ser realizado por meio da Educação Escolar Indígena.

Outra prática cultural existente tem a ver com a vida materna/paterna e também com o nascimento de uma criança na comunidade. A sabedoria tradicional é mobilizada com os cuidados de parteiras e rezadores indígenas que participam do processo de concepção de uma criança. As parteiras utilizam o conhecimento antigo sobre plantas e auxiliam a mãe com os cuidados com o bebê. Este conhecimento aliado às massagens e aos cânticos facilita o processo de concepção. Há também plantas que dificultam o parto, tais como as *membyve'y*, entre outras plantas com funções específicas durante a gestação e usadas somente pelos rezadores e parteiras (cf. CHAMORRO, 2015). No entanto, com a incidência cada vez mais acentuada de partos realizados em hospitais, o trabalho dos rezadores e das parteiras tem sido pouco funcional, o que pode também levar a uma perda gradativa da codificação linguística

¹¹ Essas informações nos foi passada pelo professor Fábio Concianza, aluno do curso Teko Arandu, área de Linguagens, em comunicação pessoal (2017). Além de professor, pertencente à etnia Kaiowá, tem se destacado pela busca de conhecimentos tradicionais a partir de diálogos constantes com seu pai, uma liderança importante de Panambizinho.

desses eventos, resultando na diminuição do vocabulário específico que descrevem essas atividades.

O papel do pai anterior à concepção da mulher era o de construir uma casa para que a criança, a mãe, a parteira e outras mulheres possam ser recebidas. Após a concepção, o pai era orientado pelos rezadores a se alimentar de alimentos leves, e a mãe era aconselhada a evitar fazer serviços domésticos por três dias.

Os rituais relacionados à vida e à morte são os rituais de batismo e de enterro, e estão relacionados à Palavra. O ritual de batismo de uma criança Kaiowá denomina-se *Mitã Karai* e o rito de revelação de um verdadeiro nome para um menino ou menina Kaiowá é o *Itupã Réry*, em que se marca o nome oficial da criança. O ritual de nomeação, *Tupã Réry*, ocorre em um contexto mais familiar e é marcado por cantos e rezas. Já os demais rituais são marcados por comemorações coletivas. O ritual de nomeação é considerado pelas comunidades como o primeiro grande enfeite dado à criança (cf. CHAMORRO, 2015, CONCIANZA, 2017).

A cerimônia fúnebre é celebrada através de cânticos entoados e rezas feitas pelos familiares e xamãs. Finca-se uma cruz ou uma estaca, onde são pendurados o *mbaraka* e os colares do morto. Este ritual é encarado, tal como Chamorro (2015, p. 183) afirma, como um costume de “heroísmo e serenidade”, pois, para a cultura dos Kaiowá, não se teme a morte. A representação da Morte, para eles, é tomada pela consciência do luto, do acompanhamento do morto, do velório e do enterro e do velório da cruz, além da queima dos pertences do morto e desmonte da casa dele. Para eles também é importante que há a existência de uma “Ex-Palavra” do nome de batismo do defunto, ou seja, o *Ñe’êngue ãngue*, uma vez que é plausível de ser explicado o temor dos Kaiowá sobre essa Ex-Palavra, porque a lembrança do nome do morto causa sofrimento. Um ritual análogo à missa de sétimo dia é realizado na casa do morto ou no local da morte. Segundo a crença, com a reza, a alma do morto não será acometida pela vida terrena, ou seja, o *Anguéry*, e que essa alma será levada para o oeste, *Ka’arúgotyo*, para a salvação (cf. CHAMORRO, 2015).

Existiam também com maior frequência entre os Kaiowá as atividades de reciprocidade e economia. O primeiro deles é o *Potyrõ*, conhecido como ‘multirão’, em que os indígenas se articulam e também incluem os não indígenas para a realização de grandes festas. Porém, é relatado que os Kaiowá, desde a introdução da economia monetária nas comunidades, somado ao uso da mão-de-obra indígena nas propriedades de não indígenas causou a escassez do multirão e a realização de outras festas (cf. CHAMORRO, 2015), o que deve também afetar o vocabulário específico dessas práticas, com perdas lexicais que designam eventos e objetos a elas relacionados.

Vale a pena mencionar também o *Avatikyry*, “Festa do Milho Novo”. Esta celebração marca a dependência histórica do milho, e que reúne todos os membros familiares a beber a *chicha* ou *kagwĩ*, ou seja, a bebida do milho. Essa festa é celebrada em janeiro ou fevereiro, meses em que se inicia a colheita do milho. O ritual é importante para a cultura Kaiowá porque é o modo pelo que todos os membros recordam de um ato religioso praticado por muito tempo e marca a economia de reciprocidade, ou seja, cada um se autoconscientiza nesse momento sobre seus papéis no coletivo (idem). Destaca-se que essa festa tem ocorrido com maior regularidade em Panambizinho.

Outra celebração de economia e reciprocidade é o *Guachire*, isto é, a comemoração de alguma caça ou colheita realizada, a recepção de uma visita, entre outras comemorações. É um momento em que se canta, dança-se o *guahu* de mãos dadas e serve-se a *chicha* (ibidem).

A benção dos alimentos ocorre toda vez que é feita a colheita. Rezas são feitas, antes e durante a colheita, geralmente são feitas por mulheres, para que o alimento a ser consumido seja abençoado pelo rezador ou pela rezadora. Os alimentos batizados são, geralmente, o milho, a batata-doce e a erva-mate. Chamorro (2015) afirma que o ritual está sendo pouco praticado. Durante as caçadas, rezas também são feitas, porém este papel cabe mais ao homem, segundo a tradição. Os caçadores pedem aos Seres Protetores dos Animais, *Mymbaja*, que os livrem de culpa no ato da caça. Vale lembrar que a manutenção das atividades de caça depende das condições ambientais. Nesse sentido, essa atividade tornou-se, com o passar do tempo, muito rara.

No que diz respeito aos rituais relacionados à cura, sabe-se que cantos e rezas tradicionais são utilizados para promover a cura quando alguém fica doente. Um exemplo disso é quando alguém se encontra no estado de *jepota*¹², em que se acredita e é apresentado em mitos que o doente delira e pode ser levado ao encantamento e não perceber a diferença entre o humano e o animal. Segundo Chamorro (2015, p. 184), “o homem vê o *Tajasu*¹³ em forma de mulher, a mulher vê a anta em forma de homem”. Ela afirma que mesmo com a presença do sistema escolar e da saúde, as comunidades Kaiowá ainda temem tais manifestações. As comunidades evitam-nas através de cantos e orações que estabelecem a integridade física e espiritual do indivíduo (cf. CHAMORRO, 2015). Brand (1997, p. 201) acentua que, por meio de relatos de caciques, que as rezas e a cura estão relacionadas à

¹² Este estado, *jepota*, pode ser compreendido como estado de encantamento, quando o indivíduo está suscetível aos fenômenos externos e não tem domínio de si. Segundo Barros (2014, p. 168) *jepota* significa: apaixonar-se (por alguém), desejar (alguém).

¹³ Porco do mato, queixada, segundo Barros (2014, p. 213).

“eficácia da Palavra pronunciada durante a *reza*” e que os caciques têm oração que tanto provoca uma doença quanto a cura.

Por fim, outro aspecto cultural do povo Kaiowá está relacionado às atividades de resistência e aliança. A *Aty Guasu*, principal reunião político-religiosa é realizada comumente nas comunidades Guarani e Kaiowá. Nas *Aty Guasu* são discutidos problemas que envolvem conflitos regionais, temas sobre a retomada de terras, saúde e educação, e é também um espaço para se articularem política e socialmente, ou seja, estabelecem diálogo e registram em documentos o que pode ser encaminhado à FUNAI e às autoridades competentes sobre suas inquietações e reivindicações, para que o fortalecimento político de resistência frente aos impasses regionais sobre esses temas seja consolidado. Nessas reuniões também são feitas bênçãos de documentos frente às autoridades convidadas. Quando tais autoridades estão presentes em uma *Aty Guasu*, eles são colocados em posição de destaque, próximo a uma mesa onde está o documento a ser debatido (cf. CHAMORRO, 2015).

As *Aty Guasu*¹⁴ não são somente um espaço de criação e fortalecimento de alianças políticas entre os familiares e comunidade, mas também um espaço em que há manifestações culturais e onde os líderes religiosos, os *Ñanderu*, podem cantar e envolver os indígenas presentes com suas cruces, *kurusu*, e entoar cânticos (idem). A *Aty Guasu*, basicamente “é um cenário no qual fazem articulações políticas, traçam estratégias de luta”, mas também é o espaço para que os indígenas realizem “manifestações culturais e religiosas”, e nessas manifestações, após o desenrolar das discussões, “reúnem-se à noite em redor de vários fogos e conversam animadamente, ou formam várias rodas de dança, fazendo ecoar seus risos e cantos pelo espaço” (BENITES *et al*, 2015, p. 42-43). Ou seja, a *Aty Guasu* é um encontro de lazer, de expressão cultural, descontração e força política.

As práticas culturais dos Kaiowá aqui brevemente apresentadas, além de estarem relacionadas a aspectos político-religiosos, religiosos, comemorativos, também são manifestações culturais que se preservaram ao longo do tempo, porém algumas delas já não são mais praticadas, como já afirmamos, tais como o *Kunumi Pepy* e o *Potirõ*. Tais mudanças culturais podem ter ocorrido devido ao confinamento de terras, o que modificou os espaços físicos e religiosos entre os membros da comunidade, o que atinge diretamente a língua, tendo em vista os conhecimentos linguísticos que se perdem na falta dessas atividades tradicionais e na ausência de transmissão desses conhecimentos de uma geração à outra.

¹⁴ Mais informações acerca da *Aty Guasu*, sugerimos a leitura das seguintes teses: Benites (2014) e Pimentel (2012)

A seguir, apresentamos como o povo Kaiowá se organizou socioterritorialmente ao longo de cinco séculos, juntamente com outros povos, cujas línguas são geneticamente aparentadas e, posteriormente, apresentamos os aspectos históricos dos Kaiowá da TI Panambizinho no território sul do estado de Mato Grosso do Sul e as lutas destes indígenas pelas terras, a fim de que o leitor deste trabalho tenha uma noção da realidade territorial a que esse povo foi submetido. Destaca-se que a perda territorial incide também em mudanças culturais e linguísticas, reduzindo as práticas sociais culturalmente Kaiowá, trazendo como consequência a redução de parte do conhecimento linguístico que hoje pode estar vivo somente na memória dos velhos, que possuem a lembrança de atividades realizadas no passado e que já não são mais realizadas hoje. Cabe ressaltar ainda que um processo de perda de aspectos culturais em um período muito curto de espaço de tempo pode levar a um desajuste no modo de vida de uma comunidade, pois não há tempo de uma geração transmitir seus conhecimentos tradicionais acumulados por séculos de experiências a uma nova geração, sendo esta obrigada a assumir comportamentos, valores e conhecimentos de uma sociedade majoritária, o que traz prejuízos nos níveis culturais, sociais e linguísticos que eram próprios da comunidade afetada (RODRIGUES, 2014).

(c) Unidades socioterritoriais e sociopolíticas dos Kaiowá: te'yí, tekoha, guará e parentela

Cavalcante (2013), historiador que trabalha com a questão da territorialidade e colonização, traz a afirmação da autora Branislava Susnik (1979-1980), antropóloga eslovena que esteve radicada no Paraguai e que “construiu um modelo de organização socioterritorial guarani e kaiowá dos séculos XVI e XVII” baseado no conceito de territorialidade guarani com uma organização social específica e dividida em três “unidades socioterritoriais”: “o guará, o tekoha e a te'yívi” (CAVALCANTE, 2013, p. 58).

Primeiramente, a primeira unidade socioterritorial é o *te'yí*, constituído por um “grupo macrofamiliar unido por laços de parentesco”, ou seja, uma “família extensa” que ocupava as *te'yí óga*, casas grandes comunitárias.

Brand (1993) afirma também que Susnik (1979-1980) identifica que cada *te'yí-óga* tinha como função:

[...] abrigar de 10 a 60 famílias [...], com seus fogos e camas. A casa grande abrigava uma família extensa, que representava a unidade socioeconômica básica, com suas roças, áreas de caça e pescaria, delimitadas por rios e outros acidentes geográficos (BRAND, 1993, pp. 81-82).

Susnik (op. cit.) ainda afirma que a poligamia, prática de líderes de maior prestígio, era permitida porque se aumentavam as chances de mulheres terem filhas e assim incorporarem mais genros às famílias. Os filhos do sexo masculino também tinham sua importância nas relações de reciprocidade nas *te'yi*, de acordo com Cavalcante (2013). A base socioeconômica de uma *te'yi* voltou-se para a exploração das terras em áreas propícias à prática da caça e da pesca.

Porém, os Guarani e os Kaiowá tiveram mudanças em suas estruturas macrofamiliares. O que se via ocorrendo no século XVII, após o contato com os espanhóis e até o período posterior à colonização, no século XIX, era a formação de novas famílias, com laços de parentesco com espanhóis em que não havia problemas de territorialidade. Um detalhe a ser destacado era que, na época, não havia um consenso entre os indígenas para a união com espanhóis, cabia a cada família decidir se deveria ou não manter uma relação amistosa com eles (CAVALCANTE, 2013).

A segunda unidade socioterritorial dos Guarani, de acordo com Susnik, é o *tekoha*, formado pela associação de cinco, seis ou mais *te'yi* – família extensa. Apesar de distantes, a distância entre os *tekoha* eram de uma ou duas léguas, as casas costumavam ser multipopulacionais, segundo Susnik, eram “aldeias” multipopulacionais (SUSNIK, 1979-1980, p. 19).

O conceito de *tekoha* é conhecido amplamente pelos historiadores, antropólogos e etnógrafos como “unidade tradicional correspondente ao que, no senso comum, denomina-se de “aldeia” (CAVALCANTE, 2013, p. 75). Porém, como o próprio autor verifica, a unidade socioterritorial no modo de ser Guaraní está além dessa visão.

A união de várias *te'yi* ocorria devido à própria formação sociopolítica estabelecida entre essas famílias e baseada em três fatores, segundo Cavalcante (2013, p. 60): (1) o “ciclo matrimonial”; (2) as “alianças defensivas”, quando surgiu a necessidade de recrutar guerreiros e; por último, (3) a consolidação de uma “competição econômica” entre as famílias dentro de um mesmo *tekoha*. Nessa competição, cada família fazia uma festa, fosse religiosa ou não para convidar mais membros e assim aumentar sua *te'yi*.

Em relação à unidade socioterritorial *tekoha*, Pereira (2004) afirma que *tekoha* para os indígenas é “o verbo ‘levantar’ – *opuã* – usado para se referir ao crescimento de crianças, plantas, parentelas” e aprofunda que o “levantar” é ligado intrinsecamente ao xamã:

Levantar é o ato de fazer as coisas existirem, engendrando em seu interior a força vital para elas se sustentarem. Existir é estar em pé, é dispor de vontade, movimento, intencionalidade, e só o xamã conhece o caminho para entrar em contato com as

forças cósmicas e fazer vivificar o que no estado inicial encontrava-se deitado, inerte, imanente (PEREIRA, 2004, p. 224).

A organização socioterritorial de um *tekoha*, por esse olhar, é constituída por sua dinamicidade na sua formação, no desmembramento e/ou na reorganização dentro de um determinado território: “compreende-se que a organização da ocupação dos espaços territoriais não era estática” (CAVALCANTE, 2013, p. 61). Chamorro (2008) afirma ainda que:

[...] não se pode, pois, falar da terra guarani como um dado fixo e imutável; ela nasce, vive e morre como os próprios indígenas, que nela entram, ocupam e trabalham. A terra origina ciclos que não são simplesmente econômicos, mas sócio-políticos e religiosos [...] (CHAMORRO, 2008, p. 42).

Pela visão Guarani e Kaiowá de que a terra é dinâmica, a terceira unidade socioterritorial seria o *guará*. Trata-se de uma formação mais extensa que reúne vários *tekoha*. Nos *guará*, os fatores que delimitam sua extensão territorial se devem a homogeneidade sociocultural dos *tekoha*; a sua parte territorial que se estendia até as limitações dos rios e acidentes geográficos, tornando a exploração de caça e pesca não adentre outros territórios e tinham o seu limite próprio; parentesco político e social dos *tekoha*; comunhão social em convites de reza, o *jeroky* – rezas com os xamãs para a garantia do “bem-estar com as qualidades de donos das palavras, da chuva e da interação mágica”; além da presença do *tuvicha ruvicha*, “guerreiros para ações de defesa ou vinganças violentas” (CAVALCANTE, 2013, p. 62).

Essas formações socioterritoriais, o desmembramento e/ou a reorganização dos *tekoha*, das *te'ýi* e dos *guará* estão fortemente ligados ao modo de viver Guarani e Kaiowá, porque essas unidades socioterritoriais são as bases de economia, de reciprocidade e de territorialidade que dependem exclusivamente da dinâmica de seus povos em relação às terras.

Para além da questão territorial apontada, no que se refere aos papéis sociais dos indígenas e dos não indígenas e as suas relações de parentesco, houve modificações após o contato com os missionários.

Um dos aspectos fundamentais da organização social dos Kaiowá é a questão da parentela. A parentela é uma relação social fortemente atrelada às suas formações sociais: formação religiosa, cultural, política e social (PEREIRA, 2004). Pereira (2004, p. 115) afirma que “a parentela se constitui como um núcleo de adensamento de relações de parentesco, com a clara interferência de fatores relativos ao campo político e ao local de residência”. O autor

também afirma que a família extensa compõe a organização social e política fundamental dos Kaiowá (e também dos Guarani). De um ponto de vista numérico, Cavalcante (2013) afirma que a família extensa ou o *te'yi* são famílias que se constituem por sua formação de cinco, seis ou mais núcleos familiares.

Pereira (2004) afirma ainda que o chefe de parentela é o líder rezador das comunidades. As denominações para esse líder político ou religioso são diferentes no percurso histórico, pois dependeram ou do ponto de vista adotado pelos jesuítas ou dos indígenas das comunidades. Segundo Becker (1992):

Várias são as denominações dadas a quem exercia as funções de intermediar o homem com as forças consideradas sobrenaturais: feiticeiro ou mago para os jesuítas, pajé para os índios. Modernamente o termo siberiano xamã os substituiu (BECKER, 1992, p. 45).

As relações de parentesco ou a parentela, fator de grande importância na cultura kaiowá, tiveram a dispersão e o confinamento de muitos de seus membros no cenário histórico entre os séculos XX e XXI, no antigo estado de Mato Grosso, especificamente na região sul, onde habitaram e habitam hoje. A luta dos Kaiowá pela permanência das terras onde habitam é altamente explicado por seu forte vínculo com a terra, e que, por sua vez, traz um longo percurso histórico de permanência e reconquista territorial, como o exemplo ocorrido em Panambizinho, de 1995 até 2004 (cf. MACIEL, 2012) que é apresentado a seguir.

(d) Dominações de terras e exploração de indígenas na TI Panambizinho e TI Panambi (Lagoa Rica) – percurso histórico no Estado de Mato Grosso do Sul

A luta dos indígenas de Panambi, de Panambizinho e de outras áreas correspondentes ao Cone Sul de Mato Grosso do Sul se inicia a partir do fim do século XIX, quando a Companhia Erva Mate Larangeira, no ano de 1882, teve a permissão do governo imperial de explorar a erva-mate presente na região da Grande Dourados e, até a metade do século de 1900, o dono da empresa, Thomás Larangeira, obteve por meio da mão de obra indígena a maior fonte para exploração da erva (cf. BRAND, 1997; MACIEL, 2012).

De acordo com Brand (1997), o que ocorreu após o fim da Guerra do Paraguai é o poder de Thomás Lanrangeira sobre estas terras:

[...] com o final da Guerra do Paraguai, uma nova comissão de limites percorreu a região ocupada pelos Kaiowá/Guarani, entre o Rio Apa e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, terminando seus trabalhos em 1874. O provisionador dessa comissão era

Thomas Larangeira. Este percebeu a grande quantidade de ervais ativos existentes nesta região e também a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível (BRAND, 1997, p. 60).

Maciel (2012, p. 32-33) afirma que “essa empresa monopolizou a produção ervateira e controlou grandes extensões de terra, através de arrendamentos e de aquisição, onde se encontravam os ervais nativos”. Importante lembrar que esta empresa também escoava parte de sua produção para a Argentina.

Brand (1993) critica que, em muitos trabalhos que historicamente citam a Companhia, pouco se fala sobre os indígenas explorados por essa empresa. Na verdade, o que muito ocorreu no período da exploração da mão de obra indígena foi a desarticulação das famílias extensas, além da imposição de outros tipos de trabalho, pois, como Maciel (2012) esclarece:

Com o fim da empresa, outras atividades emergiram. Como confirma Brand (1997), ao terminar o trabalho nos ervais, os índios passaram a coletar palmito para comercializar. Mas o palmito terminou e, a partir disso, iniciou-se a atividade que mais vai atingir a vida dos Kaiowá até hoje: as derrubadas e as implantações das fazendas. Essa atividade possibilitou não só a perda da terra, mas também a dispersão das aldeias, isto é, a perda da terra traduziu-se na dispersão de seus moradores e não simplesmente em sua transferência para dentro das reservas (MACIEL, 2012, p. 51).

A antropóloga Kátia Vietta (1998), que estudou a área hoje reconhecida como Panambizinho, afirma que os indígenas passaram também a ser usados em outro tipo de trabalho no início do século XX, paralelamente à exploração da erva-mate:

Kátia Vietta vai trabalhar no Relatório Final da Perícia Antropológica da Área Indígena Panambizinho desde o aparecimento de Cândido Mariano da Silva Rondon na região de Panambi, de 1900 a 1906, nas atividades da Comissão das Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, até o ano de 1998, ano de entrega do Relatório, através de depoimentos dos colonos e índios Kaiowá. De acordo com seu trabalho, segundo os Kaiowá, muitos homens adultos e jovens da região teriam trabalhado na abertura de estrada para a posterior implantação da linha telegráfica. Esta passava ao longo de onde se encontra, atualmente, a BR 163. Rondon teria feito um acordo com os Kaiowá, trocando a mão-de-obra indígena pela garantia de sua permanência nesse território [...] (MACIEL, 2012, p. 80).

Nesse momento, uma nova utilização da mão de obra indígena é utilizada para abertura de estradas e telégrafos, pois a Companhia entra em declínio no início do século XX, entre 1912 e 1943, tendo funcionado por 71 anos (1882 a 1943), quando o então Presidente da República Getúlio Vargas cria o Território Federal de Ponta Porã e anula os direitos dessa Companhia (cf. BRAND, 1993).

Outra personalidade da época citada acima por Kátia Vietta é Marechal Cândido Rondon, diretor do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910. Foi Rondon que comandou a primeira construção de linhas teleféricas nas cidades do Mato Grosso do Sul e de outras regiões do oeste e norte brasileiro. Rondon seguiu a filosofia positivista, trazida na recém-criada bandeira nacional o famoso lema “ordem e progresso”, como também foi o objetivo do SPI, em “nacionalizar o indígena” e integrá-lo à sociedade nacionalista, ou seja, a República brasileira tinha o objetivo de protegê-lo, pressupondo e tratando o indígena como uma figura tribal, primitiva e infantil como era vista na época (cf. GOMES, 1991 apud JOSÉ FILHO, 2005, p. 52-53).

Rondon, ao ter convivido com indígenas, buscou assim respeitar o modo de viver tradicional dos Kaiowá e toda a sua cultura. Foi daí que desacreditou no lema positivista, pois, para ele, o progresso nacional trazia desajuste para a vida indígena (SCHADEN, 1960).

Lauro Conciância, líder Kaiowá e sucessor religioso de Pai Chiquito, relata que Rondon não tinha pretensão de expropriar-se das terras indígenas, pois sabia que elas eram importantes para o modo de viver Kaiowá. Segundo o relato,

Quando acabou esse serviço, Mariano Cândido Rondon foi embora. Ele foi puxar telégrafo até Ponta Porã, até o Paraguai! Eu sei, eu sei tudo, porque meu avô ajudou, meu pai o ajudou!

Então Mariano Cândido falou: - Na barra do córrego Hum, Pra dentro é terra dos Kaiowá. Essa ninguém pode mexer! Nem fazendeiro, nem Colônia, ninguém pode mexer. De [córrego] Panambi, até a barra do Itaquiri, Mariano Cândido deixou para nós!...

No tempo de Mariano Cândido não tinha nem sal, nem macarrão, não tinha vaca, não tinha porco, não tinha roupa. Fazendeiro não tinha nenhum, nenhum! [...] (VIETTA, 2007. p. 182).

Percebe-se no relato de Lauro Conciância que Rondon utilizou da mão de obra indígena para a construção de redes telegráficas, mas que em troca não interferiria no local onde os indígenas viviam como consta também no relatório de Vietta (1998). No relato acima também consta que não havia a presença de fazendeiros por lá.

Chamorro (2015) também confirma a mesma relação de Rondon com os indígenas, apontada pela antropóloga no relatório acima. Segundo o relato de um Kaiowá de 88 anos, morador da região entre 2008 e 2012, que residia na aldeia Guyra Roka: “O índio ajudou a fazer a ponte, a estrada. A Avenida Marcelino Pires e a estrada que continua até Rio Brillante foram feitas por indígenas. Os netos e os bisnetos dos que fizeram a estrada estão em Panambi e Panambzinho” (CHAMORRO, 2015, p. 157).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 e extinto depois em 1967, é relatado por antropólogos e historiadores como um órgão federal que, desde o começo dos

conflitos dos indígenas com os não-índios, pouco ou quase nada representou em favor dos indígenas, a não ser por meio de documentos e vistorias. Havia pessoas que fiscalizavam as terras, mas que não se comprometiam com a causa da territorialidade indígena (MACIEL, 2012).

Entre os anos de 1915 a 1928, na região do atual sul do Mato Grosso do Sul, o Estado brasileiro, por intermédio do SPI, criou reservas marcadas e homologadas aos Guarani Ñandéva e aos Kaiowá, com oito áreas, contando com um total de 18.297 hectares: as reservas de Amambaí – Amambai (Benjamim Constant) e Limão Verde; de Dourados – Francisco Horta Barbosa; de Caarapó – José Bonifácio; de Tacuru – a Ramada ou Sessoró; de Japorã – Porto Lindo ou Jacare’y; de Paranhos – Pirajuí; e de Coronel Sapucaia – Taquapery (MACIEL, 2012, p. 26).

Por volta da década de 1940, inicia-se a política da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, quando há um estímulo de colonos nessa política em colonizar “áreas vazias de terras” até então inexploradas e assim incentivar a vinda de imigrantes para a região centro-oeste (MACIEL, 2012).

A política de Vargas teve como principal consequência da expansão das cidades. A ideia nacional do governo de explorar “terras vazias” desencadeou profundas mudanças na vida dos Kaiowá e na sua relação com a terra. Para Brand (1995, p. 8), os indígenas passam a viver “um processo sistemático e relativamente violento de confinamento destes pedaços de terra” e passam a ter perdas culturais também, como visto em Chamorro (2015). A terra não demarcada pelo governo entre os períodos de 1928 a 1977 foi sendo aos poucos ocupado pelos latifundiários e imigrantes que começaram a se estabelecer a partir de 1930.

Maciel esclarece que:

Dentro da política de Marcha para Oeste, a partir de 1938, começa a criar mecanismos para atingir seus objetivos, como núcleos coloniais militares e de fronteiras, granjas-modelo e núcleos agroindustriais. Em fevereiro de 1941, o governo federal criou as Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto Lei nº. 3.059) [...] A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada pelo Decreto Lei nº. 5.941, de 1943 [...], um mês depois da criação do território de Ponta Porã, em janeiro de 1943 (MACIEL, 2012, p. 34).

As Colônias Agrícolas Nacionais passam assim a ter força política e econômica sobre as áreas que o Estado brasileiro determinava e, por isso, nesse período, atuavam no controle de terras sobre a região sul-matogrossense os proprietários que tinham o título dessas terras.

Houve, assim, através da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a atuação na divisão dos *tekoha* de Panambi e Panambizinho¹⁵, que eram somente um.

Vale salientar que desde muito tempo, desde a criação da CAND, segundo Maciel (2012), muitos não indígenas se favoreceram disso para ocupar as terras e negociar “as terras vazias” com imigrantes vindos posteriormente. Ou seja, havia uma “indústria de especulação de terras na região de Dourados”, denunciada pela imprensa na década de 1950, uma vez que os preços das terras adquiridas por valores muito baixos eram revendidos de forma especulatória.

Outro meio corruptivo encontrado pelos fazendeiros é o que Gressler e Swensson (1988, p. 106) apontam: para se conseguir maiores lotes, uma das técnicas de anexação dos lotes era “a criação de gado ao lado dos lotes agrícolas”, ao lado de lotes vizinhos. No período noturno, o fazendeiro rompia a cerca para assim forçar, aos poucos, o gado a pastar em territórios vizinhos. Com essa técnica, os fazendeiros conseguiam vender as terras por preços superiores, como no trecho destacado anteriormente.

Postura semelhante de descaso foi adotada também pelo órgão Fundação Nacional do Índio (Funai) que, de acordo com Brand:

Há laudos antropológicos e posicionamentos de funcionários claramente favoráveis aos direitos indígenas, porém, a conduta dominante do órgão é de apoio ao confinamento, ou seja, de expulsão dos *tekoha*, conforme querem os fazendeiros (BRAND, 1993, p. 159).

Em outro trecho, Brand afirma que a Funai:

Participou ativamente de diversas transferências ilegais de índios kaiowá neste período. Tem se omitido nos processos judiciais, perdendo prazos, deixando os índios sem defesa, como tem acontecido nos casos Jarará, Jaguapiré e Panambizinho (BRAND, 1993, p. 160).

O período citado acima foi o de ocorrência da reivindicação de posse de terra por parte dos fazendeiros na data de 1970, quando se inicia uma série de violentos conflitos de fazendeiros contra os indígenas e a expulsão dos mesmos, deixando a Funai decidir o que fazer com as terras e tornando-se favorável à posse dos fazendeiros que detinham os títulos das terras. Para os indígenas Guarani e Kaiowá, este período ficou conhecido como *sarambi* ou

15 Em Panambi, no município de Douradina, o povo Kaiowá possui 360 hectares até hoje. Na cidade de Dourados, a Reserva Indígena que foi determinada para o povo Kaiowá foi o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, para a qual migraram também muitos Guarani Nandéva e Terena.

esparramo, em que muitas parentelas foram forçosamente desarticuladas, vários *tekoha* também desfortalecidos e seus líderes encontrados em fundos de fazendas e beiras de rodovias (cf. CAVALCANTE, 2013; CHAMORRO, 2015).

Cavalcante (2013) também aponta o caráter da Funai nessa mesma época em agir sempre de forma “reativa e emergencialista, tanto para iniciar processos quanto para garantir o seu andamento” (CAVALCANTE, 2013, p. 98) e reitera a ideia de Pacheco de Oliveira (1998) que o órgão funciona somente sob pressão.

A partir da Constituição de 1988, e de decretos de leis e estudos realizados por antropólogos e outros pesquisadores, buscou-se minimizar um período maior de exclusão territorial e social e também recuperar o fortalecimento da causa indígena (MONTEIRO, 1995).

O então Ministro da Justiça da época, Antônio Jobim, em 1995 assinou a portaria em que constava o processo da demarcação da TI Panambizinho no mesmo ano, o que gerou indignação por parte de proprietários:

Na história mais recente da Terra Indígena Panambizinho, o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, esteve na aldeia e assinou a Portaria Ministerial nº. 1.560, de 13 de dezembro de 1995 [...]. Este documento reconhece a Área Indígena Panambizinho e determina sua demarcação. A partir dessa portaria, seria possível a expansão da área atualmente ocupada pelos Kaiowá. Contudo, a portaria passou a ser protestada por vários proprietários que se sentiram lesados por tal determinação (MACIEL, 2012, p. 41).

Em 1999, o antropólogo Coutinho Jr. (1995) realizou estudos sobre a demarcação do *tekoha* de Panambizinho e em seu relatório final é afirmada a ligação do *guará* e da parentela de Panambizinho:

[...] Sua história está nitidamente ligada à da comunidade Kaiowa de Panambi, com a qual compunha no passado, provavelmente, um único *tekoha* (‘aldeia’). Essas duas comunidades formavam, juntamente com outras aldeias localizadas na zona setentrional do território ocupado pelos Kaiowa no Brasil, uma espécie de ‘provincia’ (*guará*) bem definida do ponto de vista geográfico e social, em cujo interior vigoravam laços de parentesco e aliança (COUTINHO JR., 1995, p. 78).

Até 1995 as terras estavam reduzidas a 60 hectares. Com o processo de reterritorialização, os indígenas reconquistam o número de 1.272,8 hectares no ano de 2003, com a pressão da liderança indígena sobre o Governo Federal, que insistiu em não reconhecer os espaços para o povo Kaiowá (cf. MACIEL, 2012; CAVALCANTE, 2013). Panambizinho atualmente mantém os 1.272,8 hectares, segundo o registro cartorial e SPU regularizados (CAVALCANTE, 2013, p. 96).

Os Kaiowá, por sua vez, resistem a estas questões políticas que os desfavoreciam na busca pela retomada de suas terras através de movimentos indígenas, tais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Trabalho indigenista (CTI), Movimento dos Professores Indígenas Guarani/Kaiowá, as *Aty Guasu* das comunidades indígenas, além do apoio das universidades no movimento indigenista, o que fez a TI Panambizinho se fortalecer e retomar suas terras, no processo conhecido como reterritorialização, pautado na defesa dos seus direitos pelas terras (CAVALCANTE, 2013; MACIEL, 2012).

Após a morte de Pa'i Chiquito, Lauro Conciança, genro e sucessor líder religioso do povo Kaiowá, afirma que a reconquista do *tekoha* em Panambizinho foi um sonho que muitos dos que morreram não puderam ver, mas seus descendentes sim. Essa reconquista só confirma e reitera a forte relação que os Kaiowá têm com a terra (cf. MACIEL, 2012).

A reconquista dessas terras é uma forma de, além de preservar a própria cultura e a língua, também de sobreviver em espaços sociais excludentes e resistir a tantos ataques violentos sofridos ao longo de sua história, reforçados nos discursos etnocêntricos veiculados nas mídias impressas e eletrônicas, em desprezo à cultura indígena e em favor ao agronegócio e ao poderio econômico das classes de elite (cf. CAVALCANTE, 2013).

Os impactos dos sucessivos ataques entre fazendeiros e comunidade indígena são um foco de discussão muito recorrente no estado de Mato Grosso do Sul, e é inegável dizer que as transformações antropológicas, históricas e culturais modificaram a visão cosmológica dos Kaiowá sobre o ambiente em que vivem atualmente, assim como essas transformações também podem ter impactado no modo de usar a língua materna, como a criação de novos termos como *tekoharã* (o que será o *tekoha*), em referência à terra indígena que se espera ocupar futuramente, além das perdas de certos rituais como o *Kunumi Pepy* (cf. LIMA, 2012 apud CAVALCANTE, 2013, CHAMORRO, 2015).

A seguir, após as apresentações dos costumes e modo de viver tradicional Kaiowá e os desdobramentos históricos anteriores, durante a criação da Terra Indígena de Panambizinho, local em que realizamos parte de nossa pesquisa de campo, apresentamos na próxima seção os aspectos socioeducacionais do ensino da língua Kaiowá na escola Pa'i Chiquito Pedro de Panambizinho - Dourados-MS e a relação com o objeto central desta dissertação.

1.3 Dados sobre a contextualização socioeducacional e linguística da escola Pa'i Chiquito Pedro – Panambizinho/Dourados - MS

Apresentamos nesta seção a realidade socioeducacional e linguística da escola Pa'i Chiquito Pedro com base em duas pesquisas sobre a escola na TI Panambizinho, produzidas pelas acadêmicas Geisabel Veron, Leide da Silva Pedro e Patrícia da Silva Pedro, do curso de Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu*, área de Linguagens, curso lotado na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD). Cabe ressaltar que as duas pesquisas são frutos de Projetos de Alternância desenvolvidos nos anos de 2013 e 2015, em concordância com o Projeto pedagógico do Curso (PPC, 2012).

As acadêmicas realizaram suas pesquisas de acordo com o projeto de alternância desenvolvido no componente curricular “Atividades Acompanhadas I”, atividades realizadas para o Bloco Comum do curso (formação comum a todos os ingressantes). As três estudantes vivem na TI Panambizinho.

A pesquisa realizada resultou numa sistematização das informações sobre a estrutura da escola, os níveis e as modalidades de ensino, a quantidade de professores que atuam nela, o ensino de língua materna e segunda língua no Ensino Fundamental e Médio, o ensino dos saberes tradicionais dentro e fora do ambiente escolar e a formação dos professores indígenas e não indígenas que atuam na escola.

As pesquisas revelaram características do ensino de língua materna que é importante ser destacada aqui, pois apresenta um início de uma política linguística voltada para a valorização da língua Kaiowá no âmbito escolar, mas que enfrenta ainda grandes obstáculos para efetivação dessa política.

Geisabel Veron desenvolveu a pesquisa no ano de 2013, atualmente é acadêmica da área de Linguagens do *Teko Arandu*. Ela informa que a escola Pa'i Chiquito Pedro é uma escola polo e se localiza dentro da área indígena. Funcionam nela o Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e II (do 6º ao 9º ano) e o Ensino Médio completo, sendo que os turnos em funcionamento são o matutino (Ensino Fundamental I e II) e o vespertino (Ensino Médio). Não há o funcionamento do EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

O recurso financeiro recebido vem da Secretaria Municipal de Educação de Dourados-MS (VERON, 2013). A escola, conforme constatado por mim em trabalho de campo, no fim do ano de 2016, apresentava salas de aula com paredes visivelmente rabiscadas e a estrutura interna e externa da escola se encontrava em más condições de uso.

A respeito da quantidade de professores atuantes na escola, Veron (2013) aponta por nível de escolaridade e se estes professores são indígenas ou não:

Quadro 1. Número de professores indígenas e não indígenas atuantes em Panambizinho, conforme Geisabel Veron (2013)

	Total
Número de professores (indígenas e não indígenas)	23
Número de professores indígenas que atuam no Ens. Fundamental I	5
Número professores indígenas que atuam no Ens. Fundamental II	1
Número de professores indígenas que atuam no Ens. Médio	1
Número de professores não indígenas que atuam no Ens. Fundamental I	3
Número de professores não indígenas que atuam no Ens. Fundamental II	8
Número de professores não indígenas que atuam no Ens. Médio	5

A partir deste quadro, pode-se observar que em 2013 se contabilizaram 7 professores indígenas em todos os níveis de escolaridade, sendo que 5 deles atuavam no Ensino Fundamental I, 1 no Ensino Fundamental II e 1 no Ensino Médio.

Os dados de Pedro e Pedro (2015) apontam, porém, que em 2015 houve 20 professores em atuação na escola, porém deste quantitativo, 5 professoras e 4 professores indígenas atuavam no Ensino Fundamental I, 2 professores indígenas no Ensino Fundamental II e nenhum professor ou professora indígena no Ensino Médio. Ou seja, se confrontarmos com as informações do Quadro 1, houve um aumento de 7 professores indígenas para 11 professores indígenas.

Veron (2013) também informou a formação pedagógica e a identidade étnica do corpo administrativo da escola. O (a) diretor(a) era indígena, do povo Terena¹⁶, e possuía ensino superior completo. Não havia vice-diretor na época. E o (a) coordenador(a) também era indígena, do povo Kaiowá e possuía ensino superior completo - Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu*.

Além dos 7 professores indígenas apontados por Veron (2013), a respeito do grau de formação do docente têm-se os seguintes dados:

Quadro 2. Número de professores indígenas segundo níveis escolares e grau de formação docente – Geisabel Veron (2013).

Nível escolar	Ensino	Ensino	Licenciatura	Licenciatura	Ensino
----------------------	---------------	---------------	---------------------	---------------------	---------------

¹⁶ A direção no ano de 2017 ficou sob responsabilidade de uma egressa do Teko Arandu, habilitada na área de Ciências da Natureza.

em que atuam	Superior completo	Superior incompleto	Intercultural Indígena concluída - <i>Teko Arandu</i>	Intercultural Indígena em andamento - <i>Teko Arandu</i>	Médio Completo
Ensino Fundamental I	1	4	1	4	4
Ensino Fundamental II	0	0	0	4	0
Ensino Médio	0	0	0	1	0

Podemos observar que a maioria dos professores indígenas atuou nas séries iniciais, no Ensino Fundamental I, ou seja, ao todo, encontram-se 19 professores indígenas com diferentes formações (1 com Ensino Superior completo; 4 com Ensino Superior incompleto; 1 com Licenciatura Intercultural Indígena concluída - *Teko Arandu*; 4 com Licenciatura Intercultural Indígena em andamento - *Teko Arandu* e 4 concluído; 4 com Ensino Médio completo).

Observando-se as informações apresentadas no Quadro 1 e Quadro 2, podemos afirmar que há uma quantidade maior de professores indígenas nos três níveis de escolaridade, pois, de acordo com o Quadro 1, encontravam-se apenas 7 professores indígenas em atuação; e no Quadro 2, 19 professores indígenas são contabilizados, segundo os graus de formação docente, porém vale ressaltar que nem todos estavam em atuação.

No período da pesquisa de Geisabel Veron, segundo semestre de 2013, o projeto político-pedagógico continuava em construção, desde 2003, contando com a participação da comunidade e dos professores no processo de elaboração.

As disciplinas ofertadas pela escola no Ensino Fundamental I e II são: História, Geografia, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Língua Kaiowá.

Sobre o modelo de ensino de língua adotado pela escola Pa'i Chiquito, as línguas de instrução usadas em todos os níveis e anos escolares (Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio), Veron (2013) e Pedro e Pedro (2015) informam que são ensinadas a língua portuguesa e a língua Kaiowá. Veron (2013) apresenta a carga horária semanal das disciplinas de língua Kaiowá e de língua portuguesa:

Quadro 3. Carga horária semanal (CH/S) das disciplinas de língua materna e de segunda língua no Ensino Fundamental I e II – Geisabel Veron (2013).

Nível escolar	Ano escolar	CH/S da língua materna (Kaiowá)	CH/S da segunda língua (língua portuguesa)
----------------------	--------------------	--	---

Ensino Fundamental I	1º ano	3	1
	2º ano	2	1
	3º ano	0	4
	4º ano	4	1
	5º ano	1	4
Ensino Fundamental II	6º ano	1	4
	7º ano	1	4
	8º ano	1	4
	9º ano	1	4

Em comparação à carga horária encontrada em Pedro e Pedro (2015), temos as seguintes informações:

Quadro 4. Carga horária semanal (CH/S) das disciplinas de língua materna e de segunda língua no Ensino Fundamental I e II – Leide S. Pedro e Patrícia S. Pedro (2015).

Nível escolar	Ano escolar	CH/S da língua materna (kaiowá)	CH/S da segunda língua (língua portuguesa)
Ensino Fundamental I	1º ano	4	1
	2º ano	4	2
	3º ano	4	3
	4º ano	4	4
	5º ano	4	4
Ensino Fundamental II	6º ano	3	4
	7º ano	3	4
	8º ano	3	4
	9º ano	3	4

Podemos observar que a língua Kaiowá tem predominância no ensino-aprendizagem da oralidade no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I e no ensino-aprendizagem da escrita no 1º e 2º ano. A predominância de ensino da língua materna só vai alterar para a língua portuguesa somente nos demais anos escolares, tanto no ensino oral quanto no ensino escrito. A língua portuguesa também é predominante nos livros didáticos em todos os anos escolares, pois esses materiais usados pelas escolas não indígenas são usados também por esta escola, porém há o uso do material diferenciado elaborado pela própria escola em língua portuguesa, usado nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental I, em que se prioriza o ensino da língua materna.

Nota-se no Quadro 4, informações de Pedro e Pedro (2015), o predomínio de ensino da língua materna nas séries iniciais, 4 horas/aulas semanais e a perda de uma hora/aula no decorrer do Ensino Fundamental II. No ensino da língua portuguesa, 1 hora/aula é adicionada

para cada ano nos anos iniciais até atingir 4 horas/aulas no 4º ano e, em seguida, esse número se mantém até o 9º ano. Os números apontam também que os únicos anos escolares em que a escola mantém a mesma quantidade de horas/aulas são o 4º e o 5º ano do Ensino Fundamental I. No decorrer dos anos, a carga horária altera em favor da segunda língua, com uma hora/aula a mais para o ensino dessa língua e a perda de uma hora/aula para o ensino da língua materna.

Veron (2013) informa também quantos professores de língua portuguesa são monolíngues em língua portuguesa e quantos deles são bilíngues em língua portuguesa e Kaiowá:

Quadro 5. Número de professores de língua portuguesa monolíngues em língua portuguesa e bilíngues – Geisabel Veron (2013).

Nível escolar	Ano escolar	Monolíngues em língua portuguesa	Bilíngues
Ensino Fundamental I	1º ano	2	1
	2º ano	2	1
	3º ano	3	---
	4º ano	2	1
	5º ano	6	1
Ensino Fundamental II	6º ano	6	1
	7º ano	6	1
	8º ano	6	1
	9º ano	6	1

A pesquisadora Veron (2013) ainda aponta no Quadro 5 que os alunos dos anos iniciais são monolíngues na língua Kaiowá até o 3º Ano do Ensino Fundamental, porém se tornam “bilíngues” quando prosseguem os estudos. Ela afirma que o único professor que ministra a língua Kaiowá é um indígena que está cursando a Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu*, e que a escola considera importante o ensino da língua materna, porém não se descarta o ensino da segunda língua, a língua portuguesa, para a comunicação com não indígenas.

De acordo com as informações dos quadros acima, revela-se que há uma predominância de professores monolíngues em língua portuguesa em todos os anos, sendo acentuada a sua presença no Ensino Fundamental II, o que revela uma situação ainda de deslocamento da língua indígena frente à língua portuguesa.

Verifica-se também que, à medida que passam os anos escolares, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, a língua mais empregada no processo de ensino-aprendizagem do sistema escrito continua sendo a língua portuguesa, através da predominância do uso de materiais didáticos adotados para cada disciplina do currículo. A

língua Kaiowá perde espaço nesses níveis de escolaridade. Outro fator que contribui para a maior inserção da língua portuguesa é o predomínio de professores não indígenas que ministram aulas em língua portuguesa, e estes professores são monolíngues nessa língua. Isso revela um maior distanciamento no diálogo da língua materna do aluno e do professor, além do distanciamento do aluno com a própria cultura.

Vale ressaltar que, conforme o ponto de vista de D'Angelis (2012), professor pesquisador na área de formação de professores indígenas, o bilinguismo adotado e ensinado nas escolas indígenas é um bilinguismo de subtração, ou seja, nos anos iniciais prioriza-se o ensino da língua materna do aluno, a língua indígena (L1), porém conforme se passam os anos escolares, o ensino da língua portuguesa (L2) é priorizado e por aí em diante se aprofundam os conhecimentos sobre essa segunda língua, ou seja, a língua portuguesa é trabalhada como a língua materna do aluno e a língua indígena passa a ser ensinada apenas como uma língua estrangeira ou como uma língua acessória para o aprendizado em língua portuguesa.

Em sua pesquisa, Veron (2013) relata que a liderança indígena considera crucial o ensino do Kaiowá nas escolas, pois só assim haverá a preservação da cultura e, conseqüentemente, da língua. A pesquisadora relata que a exigência para o aluno ser aprovado em língua indígena é que este saiba se comunicar, usando as modalidades oral e escrita com os colegas. Afirma também que tem interesse em valorizar a própria língua, que a usa constantemente no diálogo com as pessoas da comunidade, em casa e na escola, e que possui dificuldade em se comunicar em língua portuguesa.

O ensino da língua materna nas séries iniciais (Ensino Fundamental I) é apontado por Pedro e Pedro (2015) como um ensino baseado em brincadeiras lúdicas, materiais elaborados na própria escola, esportes, histórias indígenas contadas por anciãos e danças tradicionais. O que revela um processo de escolarização diferenciado e específico, sendo mais próximo da realidade indígena. Este aspecto didático-pedagógico não havia sido apontado por Veron (2013).

Concordamos com as pesquisadoras quando se é priorizado o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, em detrimento da língua indígena, reforça-se a desvalorização da própria língua materna e da cultura que ela representa. Além disso, quando há mais professores não-indígenas inseridos em uma escola indígena, isso favorece o ensino e o uso da língua portuguesa em ambientes que a língua indígena poderia ocupar.

Também concordamos que a cultura indígena deve sim ser trabalhada em sala, que vise atender um currículo escolar de acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998) e a Resolução nº 03 de 1999 do Conselho Nacional de

Educação (CNE) (BRASIL, 1999). Porém, além dos documentos oficiais, é necessário ampliar as mobilizações para a formação dos professores indígenas e para o desenvolvimento e fortalecimento de trabalhos que visem atender o ideário político-pedagógico para o ensino intercultural e bilíngue da comunidade.

Observamos em trabalho de campo, nas disciplinas de Estudos Contrastivos II e Análise Linguística I que, além do que foi apresentado pelas acadêmicas em suas pesquisas, outros acadêmicos do *Teko Arandu* em atuação escolar de outras comunidade Guarani Ñandéva e Kaiowá afirmam que a língua indígena é utilizada como meio de interação entre os alunos, para a comunicação entre os alunos, sem que o professor não indígena saiba o que estão dizendo ou também é falada nos corredores da escola, no tempo do intervalo. Estas são algumas formas que os alunos indígenas utilizam a língua materna em espaço escolar, já que o ensino após o início do Ensino Fundamental II é falho, por não haver uma maior atuação de professores indígenas.

Após a exposição das análises e descrições de alguns aspectos do contexto escolar da escola municipal Pa'i Chiquito Pedro, expusemos a seguir as nossas análises e descrições sobre a língua. No próximo capítulo, apresentamos a relação genética da língua Kaiowá com a família Tupí-Guaraní (família linguística a qual a língua pertence), os trabalhos linguísticos desenvolvidos acerca da língua em tela até o presente e os aspectos flexionais do verbo na língua Kaiowá. No capítulo seguinte, apresentamos os processos derivacionais disponíveis na língua para a constituição de novos verbos. Cabe destacar que, para a apresentação dos dados, fizemos uso da escrita prática elaborada pelos missionários da Missão Caiuá, criada inicialmente para o trabalho de tradução da Bíblia e que foi, aos poucos, sendo apropriado por muitos indígenas, tanto Guarani e Kaiowá¹⁷.

¹⁷ Sobre o sistema de escrita elaborado pelos missionários do SIL para o Kaiowá, ver Barros (2014).

CAPÍTULO II

2. A FLEXÃO VERBAL EM KAIOWÁ

2.1 A classificação genética da língua Kaiowá e seus estudos descritivos

Neste capítulo apresentamos primeiramente a classificação da língua Kaiowá, seguindo o critério genético utilizado para o agrupamento de línguas, fundamentado em Rodrigues (1984/1985). Após isso, apresentamos os trabalhos linguísticos realizados sobre a língua Kaiowá, sobretudo no que se refere ao estudo dos verbos, com destaque ao trabalho de Cardoso (2008). Por fim, descrevemos os verbos da língua Kaiowá, a partir do critério morfológico adotado neste trabalho, fundamentado em Rodrigues (1947, 1952, 1953, 1981, 1996, 2001), Cabral (2001), Catão e Martins (2016, 2017, no prelo), Martins e Mejia (2016), Martins, Mejia e Oliveira (2016). A descrição aqui proposta foi amparada também nos estudos tipológico-funcionais de Givón (1984), Payne (1997) e Dixon (2010). Destacamos que os dados utilizados na análise foram extraídos de Taylor e Taylor (1966), Barros (2014), além de dados coletados em trabalhos de campo realizados durante os anos de 2016 e 2017 com falantes da língua Kaiowá, sobretudo com os que vivem na TI Panambizinho.

Existem no Brasil por volta de 170/180 línguas indígenas, conforme Rodrigues (1986, 2005). Dessa diversidade de línguas, constam-se entre si semelhanças e diferenças linguísticas. Algumas delas são classificadas geneticamente como mais próximas ou mais distantes das outras, por meio da contribuição da Linguística Histórica, utilizando-se do Método Histórico-Comparativo, o qual prevê um estudo criterioso a partir da comparação lexical de um vocabulário básico para identificar correspondências sonoras regulares em palavras cognatas (forma e significado semelhantes), além de estudos de aspectos gramaticais relevantes que servem de evidências para o estabelecimento de relações genéticas entre línguas (CAMPBELL, 1998 apud MARTINS, 2011).

Para esse tipo de trabalho, tivemos grandes contribuições de Rodrigues (1984/1985) no que diz respeito à classificação interna da família linguística Tupí-Guaraní. Para as explicações sobre as relações linguísticas serem mais próximas ou mais distantes entre si, o autor afirma que:

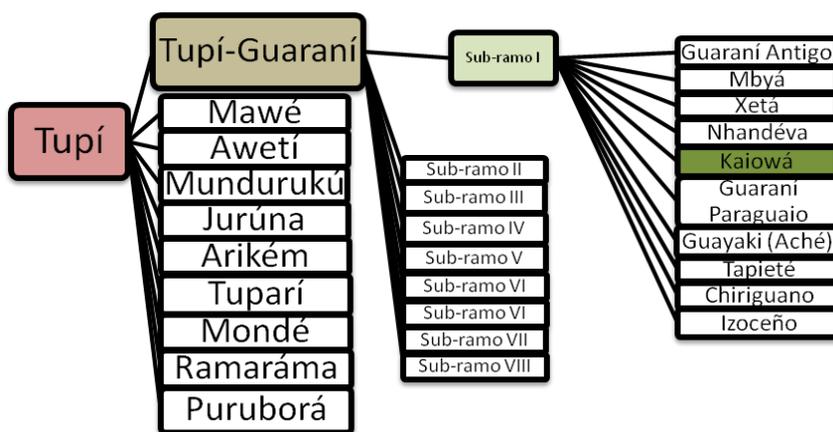
O maior ou menor grau de diferenciação observável entre as línguas em dado momento é basicamente uma função do tempo decorrido entre o início do processo — a cisão da comunidade original — e o momento da observação. O

processo de cisão pode repetir-se algum tempo depois, afetando qualquer das línguas resultantes. Os termos *dialecto/língua, família, tronco, filo* são usados pelos linguistas para indicar diversos graus de diferenciação. Esses termos implicam, portanto, diferentes profundidades temporais entre o momento da observação e a língua comum original tomada em consideração. Essa língua comum em cada caso considerado é o que se chama de *protolíngua*. A protolíngua de um filo tem profundidade temporal maior que a de um tronco, a profundidade temporal da protolíngua de um tronco é maior que a da protolíngua de uma família, e a profundidade temporal da protolíngua de uma família é maior que a da protolíngua de um grupo de dialetos (RODRIGUES, 1984/1985, p.34).

Um exemplo claro dessa forma de organização das línguas em tronco, família, língua e dialeto é o tronco Tupí, por ser um agrupamento genético de línguas já consolidado a partir das pesquisas histórico-comparativas, sobretudo de Rodrigues (1947, 1951, 1952, 1953, 1981, 1996, 2000, 2001, 2007), Cabral (2000, 2001), Cabral e Rodrigues (2007) e Rodrigues e Cabral (2005, 2006, 2011, 2012, 2014) e Rodrigues, Cabral e Silva (2006), Silva e Cabral (2006).

O tronco linguístico Tupí tem, aproximadamente, 70 línguas (CABRAL E RODRIGUES, 2012). Dentro desse tronco, encontram-se 10 famílias linguísticas (Tupí-Guaraní, Mawé, Awetí, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Tuparí, Mondé, Ramaráma, e Puruborá), sendo que a família Tupí-Guaraní, mais numerosa, abarca cerca de 40 línguas distribuídas em 8 sub-ramos. A língua Kaiowá, de acordo com Rodrigues (1984/1985), pertence à família linguística Tupí-Guaraní, sub-ramo I, como pode ser observado na **Figura 1**.

Figura 1. Localização da língua Kaiowá na Família Tupí-Guaraní.



Fonte: baseado em Rodrigues (1984/1985), adaptado pela pesquisadora.

Rodrigues (1984/1985) comprova que as línguas da família Tupí-Guaraní compartilham um alto índice de itens lexicais, um alto número de morfemas gramaticais cognatos (tanto derivacionais quanto lexicais) e também descreve que as línguas dessa família

possuem construções sintáticas semelhantes entre si que diferem de outras famílias linguísticas. Algumas das características compartilhadas entre as línguas do sub-ramo I da família Tupí-Guaraní são: (a) a perda das consoantes finais; (b) conservação de **tx* ou sua mudança em *ts* ou *s*; (c) mudança de **ts* em *h* ou zero; (d) mudança de **pw* para *kw* ou *k*; (e) mudança de **pj* em *tx* ou *x* (RODRIGUES, 1984/1985, p. 37).

Com relação aos trabalhos linguísticos da língua Kaiowá, temos conhecimento de que estudos sistemáticos só passaram a ocorrer em meados do século XX, com a chegada de linguistas-missionários à região sul de Mato Grosso do Sul, cujo objetivo principal era a tradução da Bíblia para essa língua. Destacam-se os trabalhos de Bridgeman (1960, 1961, 1981 [1966]); Harrison e Taylor (1971); Taylor e Taylor (2010 [1966]), e Taylor (1984a; 1984b).

A partir do século XXI, alguns trabalhos descritivos sobre a língua Kaiowá foram realizados por outros linguistas, destaca-se a atuação de Cardoso (2001, 2008), Silva (2011), Martins (2014) e Barros (2014).

Entre os trabalhos descritivos mais completos acerca da língua Kaiowá, consideramos a tese de doutorado de Cardoso (2008), que descreve diversos aspectos da morfossintaxe da língua Kaiowá. Nesta dissertação, apresentamos uma proposta de descrição da classe de verbos com o objetivo de ampliarmos e aprofundarmos as análises posteriores.

2.2 Descrição morfológica da classe de verbos da língua Kaiowá

Os verbos compõem uma classe de palavras que estabelece relação menos tempo-estável em comparação à classe dos nomes (PAYNE, 1997, GIVÓN, 1984, DIXON, 2010). Isso quer dizer que os verbos estão categorizados como uma classe em que o conteúdo linguístico mobilizado é um evento (ação, processo, movimento, cena temporal) que afetará ou não um objeto ou alguém (PAYNE, 1997).

De acordo com Dixon (2010), no campo da morfologia, os morfemas gramaticais que se relacionam com os verbos, numa visão prototípica, apresentam as seguintes categorias: pessoa, número, tempo, modo e aspecto. Além disso, Givón (1984) também confirma estas categorias, porém amplia os componentes gramaticais que fazem relação entre morfologia e sintaxe nos verbos: a negação e a concordância.

No que toca a essas categorias gramaticais, no campo morfológico dos verbos, do ponto de vista genérico sobre as línguas do mundo, duas divisões gramaticais são destacadas aqui: a morfologia flexional e a morfologia derivacional (BYBEE, 1985).

Sobre a morfologia flexional dos verbos da língua Tupinambá, Rodrigues (1981) expõe que a estrutura interna da língua é composta por raiz verbal (ou tema verbal), que se flexiona com prefixos pessoais e prefixos relacionais. Estes dois tipos de prefixos são os principais constituintes internos da morfologia flexional das línguas Tupí-Guaraní e com a língua Kaiowá isto também ocorre. Neste capítulo, portanto, realizamos uma descrição desses morfemas, além de apresentarmos os sufixos de modo e os de aspecto, além da negação.

2.2.1 Prefixos pessoais em Kaiowá

Em Kaiowá, os verbos recebem prefixos pessoais e prefixos relacionais, sendo que estes ocorrem apenas nos verbos transitivos. A seguir, apresentamos exemplos com os prefixos pessoais em verbos intransitivos e transitivos:

Exemplos com verbos intransitivos

(1) **a-** ke

1sg.- dormir

‘eu durmo’

(2) **(e)re-** sã

2sg.- sair

‘você sai’

(3) **o-** ho

3- ir

‘ele(s)/ela(s) vai/vão’

(4) **(o)ro-** porahéi

1pl.excl.- cantar

‘nós (exclusivo) cantamos’

(5) **ja-** gwata

1pl.incl.- andar

‘nós (inclusivo) andamos’

(6) **pe-** mano
2pl.- morrer
'vocês morrem'

Com raízes verbais nasais, o prefixo de primeira pessoa do plural inclusiva pode se nasalizar:

(7) **nha-** gwahẽ
1pl.incl.- chegar
'nós (inclusivo) chegamos'

Exemplos da ocorrência de prefixos pessoais em verbos transitivos:

(8) **a-** h- exa
1sg.- R² ver
'eu o vejo/eu vejo algo'

(9) **(e)re-** Ø- japo
2sg.- R² fazer
'você faz'

(10) **o-** h- enói
3- R² chamar
'ele(s)/ela(s) chama(m)'

(11) **(o)ro-** Ø- 'u
1pl.excl.- R² ingerir
'nós (exclusivo) ingerimos'

(12) **ja-** i- pota
1pl.incl.- R² querer
'nós (inclusivo) queremos'

(13) **pe-** i- kutu
 2pl.- R² furar
‘vocês furam algo’

Como a pessoa é marcada no verbo para indicar o sujeito, não é obrigatório o uso de pronomes pessoais independentes nesses enunciados, a não ser quando se pretende enfatizar o sujeito. Seguem os pronomes pessoais do Kaiowá já identificados em trabalhos anteriores, como o de Cardoso (2008).

(14) **xe** a- gwapy
 1sg. 1sg.- sentar
‘eu sento’

(15) **nde** (e)re- i- kuaa
 2sg. 2sg.- R² saber
‘você sabe/conhece’

(16) **ore** (o)ro- h- eka
 1pl.excl. 1pl.excl.- R² procurar
‘nós (exclusivo) procuramos algo’

(17) **nhande** ja- ha
 1pl.incl. 1pl.incl.- ir
‘nós (inclusivo) vamos’

(18) **peẽ** pe- Ø- juka
 2pl. 2pl.- R² matar
‘vocês matam’

Em Kaiowá, há cinco pronomes pessoais para indicar a primeira e a segunda pessoa do discurso, singular e plural. Como na maioria das línguas do mundo, essa língua não possui um pronome de terceira pessoa, tendo em vista que a terceira pessoa é uma não-pessoa, ou seja, é um assunto. Enquanto a primeira e a segunda pessoa constituem as pessoas do discurso, da interação, e representam os interlocutores de uma conversação, a terceira pessoa é apenas

aquele ou aquilo de que se fala, conforme Benveniste (2005 [1966]). Comumente, a palavra *ha'e* tem sido interpretado como um pronome independente de terceira pessoa em Kaiowá, no entanto, essa palavra não desempenha as mesmas funções exercidas pelos pronomes de primeira e segunda pessoa. Cardoso (2008) considerou *ha'e* como um pronome de terceira pessoa, no entanto, Martins e Mejia (2016) demonstram que essa palavra não exerce sintaticamente a função de um pronome independente, quais sejam: objeto de verbo transitivo, possuidor em estruturas genitivas, objeto de posposição, sujeito de nomes como núcleo de predicado. Dessa forma, compreendemos que *ha'e* não faz parte do paradigma de pronomes pessoais independentes, *ha'e* é um dêitico. Trata-se de um demonstrativo, conforme Rodrigues (1981) identificou também para o Tupinambá (*a'é*).

Além disso, nas estruturas genitivas em que se encontra, *ha'e* não forma uma unidade sintática com o núcleo, uma vez que este não recebe o prefixo relacional 1 e sim o relacional 2¹⁸. Isso reforça a sua identidade dêitica, constituindo sozinho um sintagma, ficando fora do sintagma constituído pelo núcleo; contrariamente ao que ocorre com os pronomes independentes, os quais formam com o núcleo um sintagma. Cabe ressaltar ainda que, na maioria das línguas Tupí-Guaraní, conforme Cabral (2001, p. 242-244), os pronomes pessoais existentes são de primeira e segunda pessoa. Nas línguas que ao conjunto original de pronomes pessoais acrescentaram pronomes de terceira pessoa, como o Kayabí, o Parintintín e o Asuriní do Xingu, construções com o relacional 1 são possíveis quando o determinante é de terceira pessoa (+humano). Contudo, quando o determinante é não-humano, o relacional i- é obrigatoriamente prefixado ao núcleo. Isso não ocorre em Kaiowá, tão pouco essa língua tem demonstrado algum indício de mudança em curso nessa direção.

Para além dos prefixos pessoais já identificados, o Kaiowá apresenta dois outros prefixos pessoais que Cardoso (2008) considerou como sendo uma terceira série de prefixos¹⁹. Eles ocorrem quando o sujeito é uma primeira pessoa e o objeto é uma segunda pessoa:

¹⁸ Sobre a ocorrência dos prefixos relacionais nos verbos em kaiowá, ver a próxima seção deste capítulo.

¹⁹ Cardoso (2008, p. 67) descreve três séries de prefixos, os prefixos da série I são os que vão comumente em verbos transitivos e intransitivos; os prefixos da série II seriam, na sua análise, clíticos pronominais que ocorreria com verbos intransitivos inativos; e os da série III são os prefixos *portmanteau*. Segundo Cardoso, prefixos *portmanteau* acumula funções, sendo sujeito de primeira pessoa e objeto de segunda pessoa simultaneamente. Nesta dissertação consideramos os prefixos pessoais como uma única série, sendo acrescida a esse paradigma os morfemas (o)ro- e (o)po- para indicar a hierarquia de pessoas: 1>2>3. Consideramos ainda nesta dissertação a inexistência de prefixos da série II, tendo em vista que analisamos essas palavras como pronomes independentes e não assumimos a existência de verbos intransitivos inativos. Fundamentado em Rodrigues (1996), compreendemos que não se trata de verbos, mas de nomes funcionando como núcleo de predicado, assim como Vilhalva e Silva (2017) e Martins et al (2017, no prelo) analisam.

(19) xe (o)ro- h- ayhu
1sg. 2sg.- R² amar
'eu te amo'

(20) xe (o)po- h- ayhu
1sg. 2sg.- R² amar
'eu amo vocês'

2.2.2 Prefixos relacionais em Kaiowá

Trabalhos muito importantes para compreender o que são prefixos relacionais, que funções exercem, que formas possuem, quantos são, que línguas possuem e como têm se comportado em cada língua em que foram identificados e descritos são os de Rodrigues (1981, 1996) e de Cabral (2001).

Rodrigues (1981), na descrição das estruturas do Tupinambá, chama de prefixos relacionais um conjunto de morfemas que estabelece relações de dependência e contiguidade sintática entre termos ou expressões determinantes e os núcleos por estes determinados.

Cabral (2001) ressalta que nos primeiros estudos de línguas Tupí-Guaraní já haviam sido identificadas mudanças que ocorriam no início de nomes, verbos e posposições que distinguiam as formas absolutas das formas relativas das palavras, como Anchieta (1595) e Figueira (1687) para o Tupinambá; e Montoya (1640) e Restivo (1724) para o Guaraní Antigo. No entanto, esclarece que os primeiros gramáticos de línguas Tupí-Guaraní, embora tenham fornecido importantes pistas para a compreensão da natureza relacional dessas marcas, é no trabalho de Rodrigues (1981) que foi oferecida uma descrição completa desses morfemas. Em seu estudo, Rodrigues definiu a função de cada prefixo, a alomorfia relativa a cada um deles, o tratamento desses prefixos como membros de um mesmo paradigma flexional e a divisão de classes morfológicas de temas em função da ocorrência destes com os alomorfes dos prefixos relacionais.

Rodrigues (1996), ao esclarecer a função dos prefixos relacionais, destaca que esses morfemas servem tanto para marcar a contiguidade sintática de um determinante com respeito ao elemento por ele determinado quanto as relações de dependência desenvolvidas entre os dois. Essas relações de dependência existem entre sujeito/verbo intransitivo, objeto/verbo transitivo, objeto/posposição e genitivo/nome. Cabral (2001, p. 240) ressalta que, em todas essas combinações, o elemento núcleo é obrigatoriamente marcado por prefixos relacionais.

É inegável a existência de prefixos relacionais nas línguas Tupí-Guaraní, e a descrição dos relacionais do Tupinambá proposta por Rodrigues tem servido como referência aos trabalhos descritivos posteriormente realizados acerca das línguas dessa família linguística. Tais trabalhos têm confirmado, conforme assegura Cabral (2001, p. 238), a existência de prefixos cognatos dos relacionais do Tupinambá e do Guaraní Antigo nas línguas documentadas, bem como o importante papel que esses prefixos têm nas suas respectivas gramáticas.

Cabral (2001), tomando como base os estudos de Rodrigues (1981, 1996), amplia a discussão acerca dos prefixos relacionais ao sublinhar alguns aspectos da funcionalidade da flexão relacional, explicita os problemas que representam para a análise linguística os tratamentos dos prefixos relacionais como marcas gramaticais dissociadas umas das outras e mostra a natureza de algumas mudanças ocorridas no sistema de relacionais original do Tupí-Guaraní, durante a trajetória particular de algumas línguas.

Sobre a funcionalidade da flexão relacional encontrada nas línguas Tupí-Guaraní, Cabral (2001) afirma que:

[...] constitui, portanto, uma estratégia para licenciar, na sintaxe, o que no léxico é relativo, ou seja, o que está fadado a ser relacionado a um determinante. Contrariamente aos elementos lexicais relativos, os elementos não-relativos (absolutos) são livres para operarem na sintaxe, porém não como elemento dependente. Nessas línguas, raízes verbais, posposições e nomes possuíveis são os elementos lexicais relativos, e raízes nominais não-possuíveis e dêiticos são os elementos absolutos. Todos esses elementos têm em comum a propriedade de funcionar como argumento e como predicado, o que os distingue dos outros elementos listados no léxico, os quais são de natureza gramatical (partículas e afixos). As estruturas resultantes da flexão relacional têm em comum núcleo flexionado por um prefixo relacional, o qual exige, permite ou exclui a expressão sintática do determinante (CABRAL, 2001, p. 240).

Baseando-se, portanto, na funcionalidade dos relacionais, Cabral (2001, p. 241) chega à seguinte proposta de descrição:

I. [NOM **R¹**-NÚCLEO] – o Relacional 1 exige que o determinante se posicione imediatamente à esquerda do núcleo e forme com este uma unidade sintática.

II. (NOME) [**R²**-NÚCLEO] (NOME) – o relacional 2 permite a expressão sintática do determinante, porém fora do sintagma em que o núcleo se encontra.

III. [**R³**-NÚCLEO] – o relacional 3 indica que o determinante de um núcleo é correferente com o sujeito da oração principal, o qual pode ou não estar sintaticamente presente no contexto;

IV. [R⁴-NÚCLEO] – o relacional 4 especifica que o determinante de um núcleo é genérico e humano e exclui a expressão sintática desse determinante.

Em Kaiowá, nos predicados verbais, o R² *h-* tem sido analisado como parte da raiz do verbo, sendo substituído pelo R¹ *r-* quando o seu objeto de primeira ou segunda pessoa o precede. Nos verbos em que o R² é *i-*, J. Taylor e A. Taylor (1966) o consideraram como um Formador de Raiz Transitiva, sendo sua ausência obrigatória se o objeto de primeira ou segunda pessoa precede o verbo²⁰. Em sua “Gramática Pedagógica da Língua Kaiuá” (s/d), o casal de missionários mantém a noção de que *i-* e *o-* sejam marcas de terceira pessoa (R² e R³, respectivamente). Nos verbos transitivos que recebem o R² *i-*, embora indiquem que se trata de um “prefixo de objeto”, nas segmentações ele vem acoplado ao prefixo pessoal de sujeito (*ai- erei-, oi-, jai- oroi-, pei-*), e o R² *h-* é compreendido como parte da raiz do verbo.

Bridgeman (2001) analisou o R² (*i-*, *h-*) como marca de terceira pessoa na relação genitivo/nome e o R³ (*o-*) como terceira pessoa quando o seu referente é o sujeito, sendo este o possuidor presente na sentença. Sobre o R¹ e o R⁴ não há uma proposta de análise. Ao tratar da regência verbal, considera o R² *h-* como parte inicial do verbo o qual é substituído por *r-* (R¹) ao ser precedido pelas marcas de primeira ou segunda pessoa na função de objeto do verbo, enquanto que o R² *i-*, nos verbos, é considerado como um elemento combinado com o prefixo pessoal na função de sujeito, sendo o próprio sujeito de terceira pessoa naquilo que tem sido considerado verbo intransitivo inativo por Cardoso (2008).

Cardoso (2008) reconheceu a existência de prefixos relacionais na relação possuidor/possuído, o que, em parte, aproxima sua análise da proposta de Rodrigues. No entanto não considera a função dos relacionais de marcar contiguidade e não-contiguidade dos determinantes.

Nos verbos, Cardoso (2008, p. 77) reconheceu também a existência dos prefixos relacionais, os quais exerceriam o papel de especificar o argumento verbal. Em sua proposta de classificação dos verbos em transitivos, intransitivos ativos, intransitivos inativos e cópula, assumiu uma análise alternativa para os relacionais. Afirmou que os verbos intransitivos ativos não são codificados com prefixos relacionais, mas os verbos intransitivos inativos sim. No caso dos verbos transitivos, Cardoso sugeriu que os prefixos relacionais ocorreriam para indicar propriedades próprias da categoria de voz, tomando como base a proposta apresentada por Payne (1994). Nesse sentido, chamou de voz direta as construções em que verbos

²⁰ J. Taylor e A. Taylor (1966, p. 51) observa que o *i-* possui formas variadas: *-j-* precedendo raiz de vogal oral inicial, *-nh-* precedendo raiz de vogal nasal inicial, zero precedendo glotal.

transitivos recebem os prefixos *i-* ~ *h-* ~ \emptyset -, e de voz inversa as construções em que verbos transitivos recebem o prefixo *r-*. Em seu entendimento, a mudança de uma construção direta para uma construção inversa é completamente gramaticalizada em termos da Hierarquia de Pessoa (1>2>3), e quando estão envolvidas duas terceiras pessoas, a construção é gramaticalizada como direta²¹:

O Kaiowá codifica o argumento externo (A), junto a verbos transitivos de sentenças independentes, por meio dos prefixos da série I, seguido do morfema {i-}, quando (A) é hierarquicamente mais alto que o argumento interno (O), e codifica o argumento interno nestas sentenças, por meio dos clíticos pronominais da série II, seguido do marcador de voz inversa {r-}. Assim sendo, as construções marcadas com a série II/r- são tidas como construções inversas, tendo o morfema {r-} como marcador de inverso, e quando as construções são marcadas com a série I/i-, são tidas como construções diretas, tendo o morfema {i-} como marcador de voz direta (CARDOSO, 2008, p. 77).

Reproduzimos, a seguir, os exemplos dados por Cardoso²²:

(21) [deʃere'ʃa a've]

ne ʃe- r- eʃa awe

você 1^a.sg **INV** ver Ptc

‘você me vê também’

(22) [ʃe ahaɪ'hu ma'riape]

ʃe a- h- aɪhu mara -pe

você 1^a.sg **DIR** amar mara Acs

‘eu amo Maria’

Em que pese a possibilidade de considerar os relacionais como formadores de vozes, tomando como critério de análise a hierarquia de pessoas, essa proposta não dá conta de revelar a função fundamental da existência dos prefixos relacionais nas línguas Tupí-Guaraní, uma vez que a função morfossintática para estabelecer relações de dependência entre sujeito/verbo intransitivo e objeto/verbo transitivo, bem como a de marcar a contiguidade e

²¹ Em sua descrição, Cardoso (2008, p. 78) informa que o prefixo relacional {i-} apresenta variação alofônica [i- ~ ĩ- ~ iɲ- ~ iɲ- e \emptyset -] e alomórfica {i- ~ h- ~ t-}, sendo que este último alomorfe ocorre apenas com núcleos nominais possuídos, provavelmente quando o núcleo é um nome que indica relação de parentesco.

²² São os exemplos 84a e 84b da tese de Cardoso (2008, p. 78). Neles, mantivemos aqui a forma como a pesquisadora apresentou os dados na sua tese: uma transcrição fonética, uma transcrição fonológica, baseando-se em seu estudo fonológico da língua Kaiowá (CARDOSO, 2007). Também mantivemos a segmentação e a descrição dos morfemas propostas por ela.

não-contiguidade sintática dos argumentos não é contemplada nesse modelo de análise. Além disso, perde-se a possibilidade de visualizar e compreender os padrões de alinhamento que a língua Kaiowá possui, uma vez que é por meio da noção de contiguidade e não contiguidade sintática, marcadas pelos relacionais 1 e 2, que os padrões de alinhamento nominativo/absolutivo; absolutivo; nominativo/acusativo e absolutivo/ergativo se revelam, assim como foi demonstrado por Grannier (1997) para o Guaraní Antigo, sendo acrescido por Cabral (2001) o padrão nominativo.

Em nossa proposta de análise, o objeto e o verbo transitivo podem constituir um único sintagma. Nesse caso, o objeto precede imediatamente o núcleo verbal, e este, por sua vez, recebe o prefixo relacional 1, marcando a contiguidade sintática de seu argumento interno. Assim como os temas nominais e posposicionais, os temas verbais estão distribuídos em duas classes: Classe I e Classe II. Pertencem à Classe I os temas cujo relacional de contiguidade (R^1) é \emptyset - e à Classe II os temas cujo R^1 é r-:

(23) Maria [xe \emptyset - nupã] kwehe
 Maria [1sg. R^1 bater] ontem
 ‘Maria me bateu ontem’

(24) Maria [xe r- exa] kwehe
 Maria [1sg. R^1 ver] ontem
 ‘Maria me viu ontem’

A não contiguidade do objeto é marcada por i- nos temas da Classe I e por h- nos temas da Classe II.

(25) [a- i- nupã] [jagwa]
 [1sg.- R^2 bater] [cachorro]
 ‘bati no cachorro’

(26) [a- h- exa] [jagwa]
 [1sg.- R^2 ver] [cachorro]
 ‘vi o cachorro’

Os temas verbais da classe II, ao se combinar com o prefixo reflexivo *je-* ou o recíproco *jo-* incorporam à raiz do tema uma fricativa glotal. Tal processo fonológico pode ser justificado para evitar encontros vocálicos que resultem ou em fusões ou em ditongos. Dessa forma, o *h* não pode ser interpretado como prefixo relacional de não-contiguidade, ou seja, não se trata de um morfema.

(27) Fáblio o- **je-** hexa
 Fáblio 3- **REFL** ver
 ‘Fáblio se vê’

(28) nhande ja- **jo-** hexa
 1pl. incl. 1pl. incl.- **RECIP** ver
 ‘nós nos vemos’

Em alguns temas da Classe I, a marca de não-contiguidade é um morfema zero, devido também a processos fonológicos:

(29) a- **Ø-** juka
 1sg.- **R²** matar
 ‘eu o mato’

O prefixo relacional *i-* pode ter fundido com o glide que inicia o tema verbal (*i-juka* > *ijuka* > *juka*).

(30) a- **Ø-** japo
 1sg.- **R²** fazer
 ‘eu o faço’

Neste caso, o prefixo relacional *i-* passou a ser interpretado como parte da raiz do tema verbal (*i-apo* > *japo*), o que deve ter ocorrido com o verbo ‘jogar’ (*i-api* > *japi*):

(31) a- **Ø-** japi

1sg.- R² jogar
'eu o jogo/atiro fora'

Os temas transitivados pelo morfema causativo mo- ~ mbo- também apresentam o morfema Ø- para indicar a não contiguidade do objeto²³:

(32) a- Ø- mo- sã
1sg.- R² CAUS Sair
'eu o faço sair / eu o expulso'

(33) a- Ø- mbo- gwapy
1sg.- R² CAUS sentar
'eu o faço sentar'

Rodrigues (1981) descreve para o Tupinambá um alomorfe do Relacional 2 que ocorre apenas com verbos transitivos monossilábicos, sendo *jo-* para a classe 1 e *jos-* para a classe 2. Em Kaiowá, à primeira vista, as formas cognatas desses morfemas passaram a fazer parte da raiz:

(34) o- Ø- joka o- i- yva
3- R² rachar 3- R² derrubar
'racharam-na e derrubaram-na (a árvore) – Barros (2014, p. 169)

(35) a- Ø- johéi xe Ø- pyta h- asy
1sg.- R² lavar 1sg. R¹ calcanhar R² dor
'eu lavo meu calcanhar dolorido – Barros (2014, p. 169)

(36) nd= ere- je jopy -i

²³ Como já afirmamos, a discussão sobre as vozes verbais encontra-se no capítulo 3 desta dissertação.

não 2sg.- REFL apertar NEG
'você não se aperta'

No entanto, quando o objeto é incorporado ao tema verbal, há duas estruturas possíveis, o que demonstra uma variação, tendo em vista que apenas os mais velhos tendem a excluir a forma *jo-* quando o objeto precede imediatamente o núcleo verbal:

(37) a- je- po *héi*
1sg.- REFL mão lavar
'lavo as próprias mãos'

(38) a- je- po *johéi*
1sg.- REFL mão lavar
'lavo as próprias mãos'

(39) a- nhe- akã *héi*
1sg.- REFL cabeça lavar
'lavo a própria cabeça'

(40) a- nhe- akã *johéi*
1sg.- REFL cabeça lavar
'lavo a própria cabeça'

(41) a- je- juru *héi*
1sg.- REFL boca lavar
'lavo a minha própria boca'

(42) a- je juru *johéi*
1sg.- REFL boca lavar
'lavo a minha própria boca'

2.2.3 Modos verbais em Kaiowá

Com relação ao tempo na língua Kaiowá, consideramos que gramaticalmente essa língua, assim como as demais línguas Tupí-Guaraní, não apresenta essa categoria. Estudos sobre marcação temporal em Kaiowá e sobre a categoria Tempo foram descritas por Taylor (1984a) e por Cardoso (2008). Embora seja uma discussão pertinente e necessária, consideramos prudente para o momento não discutirmos essa questão neste estudo, mas temos ciência da necessidade de revisão, reflexão e aprofundamento dessa discussão, o que será feito em trabalhos posteriores acerca da língua Kaiowá. Essa mesma posição, assumimos também para a categoria Aspecto, uma vez que este é codificado por sufixos, partículas e verbos auxiliares, o que exigiria uma discussão mais profunda para ampliarmos a compreensão dessa categoria. Nesse sentido, optamos por não discutir no momento as noções de tempo, aspecto e também de modalidade, mas vamos apresentar os aspectos codificados por sufixos nesta língua.

Com respeito à descrição dos modos verbais em Kaiowá, Cardoso (2008) considera a existência de um modo indicativo, um modo imperativo, um modo subjuntivo e um modo consecutivo. Rodrigues (1952, 1981), por sua vez, identifica os seguintes modos para o Tupinambá e que também tem sido reconhecido para diversas línguas Tupí-Guaraní até o momento descritas: modo indicativo I, modo indicativo II, modo imperativo, modo subjuntivo e modo gerúndio.

Para esta dissertação, optamos por descrever a categoria de modo fundamentado em Rodrigues (1952, 1953, 1981). Baseamo-nos em Rodrigues e Cabral (2005), Martins e Mejia (2016, 2017), Martins, Mejia e Oliveira (2016) e Catão e Martins (2016, 2017, no prelo) para os modos até o presente identificados para o Kaiowá, quais sejam: indicativo, imperativo, gerúndio e subjuntivo. Assim como já tem sido visto nas línguas Tupí-Guaraní, os modos indicativo e imperativo constituem orações independentes; e os modos subjuntivo e gerúndio constituem orações dependentes.

2.2.3.1 Modo Indicativo

Trata-se do modo da certeza, de eventos que de fato ocorreram, ocorrem e/ou ocorrerão. Nesse caso, em Kaiowá, não há marca morfológica para indicar que o verbo se encontra no modo indicativo. Cabe destacar que os verbos neste modo recebem os prefixos pessoais já apresentados nesta dissertação para indicar o sujeito, bem como os prefixos

relacionais, nos casos de verbos transitivos, para representar a contiguidade ou não-contiguidade sintática do objeto.

(43) a- h- exa gwyra
1sg.- R² ver pássaro
'eu vejo o pássaro'

(44) ere- i- nupã jagwa Ø- pe
2sg.- R² surrar cachorro R¹ POSP
'você surrou o cachorro'

(45) gwyra kwéry o- veve
pássaro COL 3- voar
'os pássaros estão voando'

(46) ja- kytĩ jagwarete Ø- pire
1pl.incl.- cortar onça R¹ pele
'nós (inclusivo) cortamos a pele da onça'

(47) oro- sã
1pl.excl.- sair
'nós (exclusivo) saímos'

(48) pe- ke -ma
2pl.- dormir COMPL
'vocês já dormiram'

A negação de enunciados no modo indicativo, conforme Catão e Martins (2016, 2017, no prelo) ocorre com a palavra não (*nda*) no início e o sufixo de negação *-i* ao final do predicado²⁴.

²⁴ A negação em Kaiowá foi descrita anteriormente por Taylor e Taylor (1966), Taylor (s/d) e Cardoso (2008). No entanto, esses autores descrevem a negação como um morfema descontínuo (*nda-.... -i*). Catão e Martins (2016, 2017 no prelo) demonstram que *nda* é uma palavra que se cliticiza ao núcleo do predicado por não possuir acento tônico. Trata-se de um clítico. Portanto, nesta língua, temos um sufixo de negação *-i* que combina com predicados verbais e nominais.

(49) nd= oro- juka mo'ã -i
não 1sg./2sg.- matar FRUST NEG

‘não vou te matar’ – Barros (2014, p. 163)

(50) nd= a- i- pota -i jegwaka
não 1sg.- R² querer NEG enfeite.de.cabeça

‘não quero teu cocar de penas’ – Barros (2014, p. 189)

(51) nd= ere- i- nupã -i jagwa Ø- pe
não 2sg.- R² surrar NEG cachorro R¹ POSP

‘você não surrou o cachorro’

(52) gwyra kwéry nd= o- veve -i
pássaro COL não 3- voar NEG

‘os pássaros não estão voando’

(53) nd= a- kytĩ -i jagwarete Ø- pire
não 1sg.- cortar NEG onça R¹ pele

‘não cortei a pele da onça’

(54) nda= pe- ke -i
não 2pl.- dormir NEG

‘vocês não dormem’

(55) mokõi mitã ogw- e- nohẽ h- ye -gwi n= o- mano -i
dois crianças 3- C.COM tirar R² barriga ABL não 3- morrer NEG

‘ela tirou as duas crianças da sua barriga, mas eles não morreram’ – Barros (2014, p. 189)

2.2.3.2 Modo Imperativo

No modo imperativo, o prefixo de segunda pessoa do singular é *e-*, e o de segunda pessoa do plural é *pe-*. Para além da noção semântica de ordem, pedido, solicitação, aconselhamento, não há alteração na morfologia do verbo.

Para a suavização da ordem ou a sua ênfase para que o interlocutor sinta a obrigação de cumpri-la, há algumas partículas que cumprem esse papel. Além disso, cabe ressaltar que, em situações específicas, para atenuar a ordem, tem-se utilizado também o prefixo de segunda pessoa *ere-*.

(56) *e-* ju ko'a -py
 2sg.- vir este.aqui L.P
'venha aqui'

(57) **ere-** ju ko'a -py
 2sg.- vir este.aqui L.P
'vem aqui!'

(58) *e-* ju mi
 2sg.- vir ATEN
'venha, por favor!'

(59) *e-* ju =na
 2sg.- vir ATEN
'rogo que venha!, venha por favor!'

(60) *e-* ju mí =na
 2sg.- vir ATEN ATEN
'venha, por favor! (forma carinhosa)'

(61) *e-* ju =ke
 2sg.- vir ENF
'venha mesmo!' (acentua a ordem)

(62) **e-** ju =ke =na
2**sg.-** vir ENF ATEN
'é bom que você venha mesmo!'

(63) **pe-** ju ko'a -py
2**pl.-** vir este.aqui L.P
'venham aqui'

(64) **pe-** ju mi
2**pl.-** vir ATEN
'venham, por favor!'

(65) **pe-** ju =na
2**pl.-** vir ATEN
'rogo que venham!, venham por favor!'

O imperativo negativo é constituído pela negação inicial da sentença (*ani*), acompanhado muitas vezes da partícula enfática *ke*.

(66) **ani** =ke **ere-** Ø- japo
não ENF 2**sg.-** R² fazer
'não faça!'

(67) **ani** **e-** ke
não 2**sg.-** dormir
'não durma'

(68) **ani** **e-** karu
não 2**sg.-** comer
'não coma!'

(69) **ani** upéa ere- mo- ã ne Ø- akã -my
não isso 2sg.- CAUS estar.sentado 2sg. R¹ cabeça L.P
‘não coloque isso na tua cabeça.’ – Barros (2014, p. 145)

Há também uma forma específica e explícita de expressar o desejo do falante para que algo aconteça, mas isso não se reduz simplesmente a mudança de comportamento do interlocutor, pois é também utilizada para expressar um desejo pessoal do falante de que algo possa também ocorrer com ele mesmo, ou que ele permita que ocorra. Para isso, utiliza-se o morfema *t/ta*, que perde a vogal ao cliticizar-se a uma palavra que é iniciada por vogal. Trata-se do morfema permissivo, uma vez que, ao permitir/autorizar, fica implícito o desejo do falante.

(70) **ta=** ja- gwapy
PERM 1pl.incl.- sentar
‘desejo que nós sentemos’

(71) **t=** o- mba’apo ha’e
PERM 3- trabalhar este
‘desejo que ele trabalhe’

(72) **t=** ere- ho
PERM 2sg.- ir
‘desejo que vá’

(73) **ta=** xe kakwaa
PERM 1sg. crescer
‘que eu cresça’

(74) **ta=** nde kakwaa
PERM 2sg. crescer
‘que você cresça’

(75) **ta=** i- kakwaa
PERM R² crescer

‘que ele cresça’

2.2.3.3 Modo Gerúndio

O modo gerúndio, assim como o modo subjuntivo, constitui orações dependentes com valor adverbial. A diferença existente entre os dois modos é identificada não apenas por meio morfológico, mas também por meio da sintaxe, uma vez que no modo gerúndio o sujeito é correferente do sujeito da oração principal, enquanto que no modo subjuntivo o sujeito não é correferente do sujeito da oração principal (RODRIGUES, 1952, 1953, 1981; CABRAL e RODRIGUES, 2005, 2011; SILVA e CABRAL, 2006).

Do ponto de vista semântico, o modo gerúndio, conforme Rodrigues (1952, 1953, 1981) e Rodrigues e Cabral (2005) pode indicar três circunstâncias, a saber: a) o processo realizado simultaneamente com outro processo (gerúndio contemporâneo, por exemplo “foi comendo”); b) a finalidade ou propósito do processo indicado pelo verbo da oração principal (gerúndio final, por exemplo “foi para comer”); c) e o processo realizado pelo mesmo sujeito que já realizou outro processo, mas sem simultaneidade (gerúndio aditivo, por exemplo “foi e comeu”).

Segundo Rodrigues e Cabral (2005), o sufixo do modo gerúndio *-áβo* do Proto-Awetí-Tupí-Guaraní seria o resultado de *-áp* + *-βo*, pois consoantes supra-glotais caem em fronteira de morfema quando seguidas de outra consoante. De acordo com a hipótese levantada pelos autores:

[...] o sufixo do modo gerúndio teria se desenvolvido no Proto-Awetí-Tupí-Guaraní, quando verbos nominalizados com *-ap* se combinavam com o sufixo adverbial *-βo*, ‘locativo difuso’ (cf. Anchieta 1595:42v), o que ocorria nas situações em que o determinante do nome era idêntico ao sujeito [...] (CABRAL e RODRIGUES, 2005, p. 55).

De acordo com esses autores (idem) embora a combinação de *-áp* + *-βo* tenha desencadeado um processo de fusão que tornou opaca a fronteira entre os dois morfemas, o material resultante manteve a natureza nominalizadora do antigo sufixo *-áp* e a natureza adverbial do antigo sufixo *-βo*.

Rodrigues (1952, 1981) identifica, para o Tupinambá os seguintes alomorfes do modo gerúndio: *-áβo* ~ *-a* ~ *-∅* ~ *-r* > *-∅*. De acordo com o autor, temas terminados em *-r* perde essa consoante: potár tr. ‘querer’ = potá (ger.); temas terminados em outras consoantes ou em

semivogal acrescenta-se o sufixo *-a*: epîák tr. ‘ver’ = epîáka (ger.); e temas terminados em *b*, diante do sufixo *-a*, ocorre como *p*: aûsúb tr. ‘amar’ = aûsupa (ger.).

Destacamos que, entre os trabalhos linguísticos acerca da língua Kaiowá, apenas Bridgeman (1981 [1966]) considerou a existência de um morfema para indicar o gerúndio, no entanto, não pôs em evidência as suas funções na língua. Para Taylor e Taylor (1966) o morfema que indica o gerúndio em Kaiowá funciona apenas como um nominalizador.

Aproveitamos para demonstrar que, devido aos processos de mudanças pelos quais a língua passou, tomando como base o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní (cf. CABRAL e RODRIGUES, 2012), a língua Kaiowá manteve apenas o sufixo *-vy* para indicar o modo gerúndio, forma provavelmente cognata do *-áβo* do Tupinambá.

Embora as semivogais tenham sido preservadas em Kaiowá, o gerúndio não vai ocorrer com o alomorfe *-a*, tendo em vista que essa língua evita encontros vocálicos que resultam em ditongos. Sobre os outros alomorfes, temos compreendido que os mesmos não vão ocorrer em Kaiowá, pois as consoantes finais nessa língua caíram, assim como ocorreu nas demais línguas Tupí-Guaraní do sub-ramo I²⁵.

Em Kaiowá, o sufixo *-vy* se combina com verbos transitivos, intransitivos e nomes como núcleo de predicado.

Seguem alguns dados para exemplificar o uso do gerúndio em Kaiowá:

(76) i- poxy o- ho -vy

R² raiva 3CORR- ir GER

‘he was angry and he went’ – Taylor e Taylor (1966, p. 14)

‘ele estava bravo e foi indo (com raiva)’ (tradução nossa)

(77) o- jeroxy o- je’ói -vy

3 dançar 3CORR- ir GER

‘they danced, going away’ – Taylor e Taylor (1966, p. 18)

‘eles dançaram indo embora (dançando)’ (tradução nossa)

(78) e- gwata e- ho -vy

2sg. andar 2CORR- ir GER

²⁵ A queda das consoantes finais de temas ocorreu de forma sistemática nas línguas do sub-ramo I, no entanto, para algumas palavras a consoante final permaneceu, pois a vogal que indicava o caso argumentativo da língua permaneceu em alguns temas verbais e nominais, mantendo o padrão silábico CV.

‘walk away’ – Taylor e Taylor (1966, p. 31)

‘vá andando/vá indo’ (tradução nossa)

(79) a- ha kuri kagwĩ Ø- ’u -vy
1sg.- ir pouco.tempo chicha R¹ ingerir GER

‘I went a little while ago to drink chicha (corn liquor)’ – Taylor e Taylor (1966, p. 22)

‘eu fui pouco tempo atrás para beber chicha (licor de milho)’ (tradução nossa)

(80) i- vera o- h- exa -vy o- porahéi
R² relâmpago 3CORR- R² ver GER 3CORR- cantar

‘he sings to see the lightning’ – Taylor e Taylor (1966, p. 23)

‘ele canta (está cantando) vendo o relâmpago’ (tradução nossa)

(81) a- nohẽ ke’y r- exa -vy xe Ø- mbaraka
1sg.- tirar irmão.mais.velho.do.homem R¹ ver GER 1sg. R¹ chocalho

‘I take out my rattle to see ke’y – Taylor e Taylor (1966, p. 23)

‘eu tiro meu *mbaraka* para ver meu irmão’ (tradução nossa)

O modo gerúndio tem sido compreendido em várias línguas Tupí-Guaraní como sendo um predicado nominal, tendo em vista as propriedades nominais que apresenta como, por exemplo, o uso de prefixos relacionais em vez de prefixos pessoais no verbo que se encontra neste modo (RODRIGUES, 1952, 1953, 1981; GRANNIER, 1997; CABRAL e RODRIGUES, 2005; SILVA e CABRAL, 2006; SOLANO, 2009, entre outros). Em Kaiowá, verificamos indícios dessa propriedade nominal quando os verbos são transitivados pelos morfemas causativo-comitativo e causativo, ocorrendo, portanto, uma variação, sobretudo, na fala dos mais velhos.

(82a) i- pepo r- ehe o- i- pyhy h- era- ha -vy
R² asa R¹ REL 3- R² pegar R² C.COM ir GER

‘he took it by the wing, carryng it away’ – Taylor e Taylor (1966, p. 24)

‘ele pegou pelas asas, levando-o para fora’ (tradução nossa)

(82b) i- pepo r- ehe o- i- pyhy ogw- era- ha -vy
R² asa R¹ REL 3- R² pegar 3CORR- C.COM ir GER

‘he took it by the wing, carryng it away’ – Taylor e Taylor (1966, p. 24)

‘ele pegou pelas asas, levando-o para fora’ (tradução nossa)

(83a) o- Ø- mbo- gwejy jevy i- mbo- u -vy
3- R² CAUS descer de.novo R² CAUS vir **GER**

ko 'yvy Ø- py t- e'ýi r- em(i)- ypy -rã
esta terra R¹ LOC R⁴ parente R¹ N.OBJ iniciar PROSP

‘he made them descend again, sending them to this earth to be the ancestors of the Kaiwá – Taylor e Taylor (1966, p. 24)

‘ele fez descê-los novamente, enviando-os a esta terra para serem ancestrais dos Kaiowá’ (tradução nossa)

(83b) o- Ø- mbo- gwejy jevy o- Ø- **mbo-** u -vy
3- R² CAUS descer de.novo 3CORR- R² **CAUS** vir **GER**

ko 'yvy Ø- py t- e'ýi r- em(i)- ypy -rã
esta terra R¹ LOC R⁴ parente R¹ N.OBJ iniciar PROSP

‘he made them descend again, sending them to this earth to be the ancestors of the Kaiwá – Taylor e Taylor (1966, p. 24).

‘ele fez descê-los novamente, enviando-os a esta terra para serem ancestrais dos Kaiowá’ (tradução nossa)

Outro dado que demonstra o verbo no modo gerúndio com propriedades nominais segue abaixo:

(84) a- h- exa -ma -ramo o- munha -ma -ramo
1sg.- R² ver COMP SUBJ 3- perseguir COMP SUBJ

h- er- eko **-vy** o- kupe r- upi
R² C.COM estar.em.movimento **GER** R³ trás R¹ PERL

‘quando eu o vi perseguindo, cuidando por trás dele’ – Barros (2014, p. 158)

A seguir, apresentamos um nome como núcleo de predicado no modo gerúndio:

(85) o- jo- héi y t- **aku** -vy -py
 3- R² lavar água R⁴ **quente GER** L.P
 ‘banha-se em água quente’ – Bridgeman (1981 [1966], p. 87)

Uma outra propriedade nominal identificada nos predicados no modo gerúndio é o uso do sufixo privativo -’e’ỹ em sentenças negadas. Este sufixo, nos nomes, é considerado um morfema derivacional que, semanticamente, indica ‘ausência de/desprovido de/ sem’²⁶. Em orações no modo gerúndio, o núcleo da oração principal recebe o privativo. Nesse sentido, o núcleo do predicado da oração principal passa a funcionar como um argumento do período.

(86) a- nhe’ẽ -e’ỹ a- ha -vy
 1sg.- falar **PRIV** 1sg.- ir **GER**
 ‘indo mudo, indo sem falar’

(87) a- ke -e’ỹ a- ha -vy
 1sg.- dormir **PRIV** 1sg.- ir **GER**
 ‘indo sem dormir, indo com sono/ausência do dormir’

(88) a- gwata -e’ỹ a- ha -vy
 1sg.- caminhar **PRIV** 1sg.- ir **GER**
 ‘indo sem caminhar, indo carregado’

2.3.3.4 Modo Subjuntivo

Como já afirmamos, o modo subjuntivo constitui um dos tipos de oração dependente, indicando uma circunstância. Morfologicamente é marcado pelo sufixo *-ramo*. Do ponto de vista sintático, o sujeito não é correferente do sujeito da oração principal. Semanticamente indica tempo (quando) ou condição (se), conforme Rodrigues (1952, 1953, 1981) e Rodrigues e Cabral (2005).

²⁶ Sobre o sufixo privativo em Kaiowá, verificar Viegas (2017), Catão e Martins (2016, 2017 no prelo).

Conforme Rodrigues e Cabral (2005), há um segundo tipo de subjuntivo, o que expressa sucessividade (depois). Em Kaiowá, o morfema que indica tempo ou condição é o *-ramo*, e o morfema *-rire* indica a sucessividade (subjuntivo 2).

Exemplos com *-ramo*:

(89) o- kái -pa -ramo i- mandua João r- ehe
 3- queimar TOTAL **SUBJ** R² lembrar João R¹ REL

‘when they all got burnt, he remembered João’ – Taylor e Taylor (1966, p. 8)

‘quando queimaram tudo, houve a lembrança em respeito a João’ (tradução nossa)

(90) hi- agwĩ -ma jave o- gwahẽ -ramo o- i- yva -ma
 R² próximo COMPL enquanto 3NCORR- chegar **SUBJ** 3- R² derrubar COMPL

‘enquanto já estavam perto, quando eles chegaram, eles as derrubaram’ – Barros (2014, p. 144).

(91) nhande Ø- juka -pa -ta o -u -ramo aje -ve
 1pl.incl. R¹ matar TOTAL PROJ 3- vir **SUBJ** ENF mais

‘por isso eles virão e nos matarão’ – Barros (2014, p. 146)

(92) ho- ’a -ramo jagwarete o- ho inh- apÿigwa -py y
 3- cair **SUBJ** onça 3- ir R² nariz L.P água

‘quando a onça caiu, a água entrou no nariz dela’ – Barros (2014, p. 147)

Exemplos com *-rire*:

(93) yvy o- kái -pa -rire ae o- Ø- mbo- vu y
 terra 3- queimar TOTAL **SUBJ.2** ENF 3- R² CAUS subir água

‘depois da terra queimar toda mesmo, ele fez a água subir’ – Barros (2014, p. 171)

(94) a- nhembo’e -rire ae o- jerosy avati peky Ø- py
 1sg.- rezar **SUBJ.2** ENF 3- dançar milho não.maduro R¹ LOC

‘depois que eu rezo mesmo, eles dançam para o milho verde’ – Barros (2014, p. 144)

(95) o- Ø- joso -rire oro- Ø- mo- he'ẽ porã i- xu Ø- pe
3- R¹ socar **SUBJ.2** 1pl.excl.- R² CAUS doce bom R² este R¹ DAT
‘depois de socar, nós fizemos ficar gostoso (adoçamos) para ela’ – Barros (2014, p. 156).

A negação de enunciados no modo subjuntivo ocorre com o uso do sufixo privativo, mas, diferentemente do modo gerúndio, o privativo é afixado ao verbo da oração dependente.

(96) a- ha -e'ỹ -ramo re- ju -ta
1sg.- ir **PRIV SUBJ** 2sg.- vir PROJ
‘quando eu não for, você vai vir’

(97) a- karu -e'ỹ -ramo re- karu -ta
1sg.- comer **PRIV SUBJ** 2sg.- comer PROJ
‘quando eu não almoçar, você almoça’

(98) a- ke -e'ỹ -ramo re- ke -ta
1sg.- dormir **PRIV SUBJ** 2sg.- dormir PROJ
‘quando eu não dormir, você vai dormir’

2.2.4 Sufixos Aspectuais

Como já afirmamos em outro momento, nesta dissertação não realizamos uma descrição da categoria Aspecto da língua Kaiowá. Apresentamos a seguir, alguns exemplos de eventos com três sufixos aspectuais: -ta (projetivo), -ma (completivo) e o -pa (totalitivo).

O morfema -ta ocorre quando o falante está seguro da realização do evento posterior ao momento da fala, como um projeto/plano a ser executado, o que nos faz considerar um sufixo aspectual projetivo, cuja ação está prestes a ocorrer.

(99) a- gwahẽ -ta
1sg.- chegar **PROJ**
‘eu vou chegar’

(100) ere- gwahẽ **-ta**
2sg.- chegar **PROJ**
'você vai chegar'

(101) o- gwahẽ **-ta**
3- chegar **PROJ**
'ele(s)/ela(s) vão chegar'

(102) oro- gwahẽ **-ta**
1pl.excl.- chegar **PROJ**
'nós (exclusivo) vamos chegar'

(103) nha- gwahẽ **-ta**
1pl.incl.- chegar **PROJ**
'nós (inclusivo) vamos chegar'

(104) pe- gwahẽ **-ta**
2pl.- chegar **PROJ**
'vocês vão chegar'

O morfema *-ma* ocorre para indicar que o evento foi realizado completamente.

(105) a- gwahẽ **-ma**
1sg.- chegar **COMPL**
'eu já cheguei'

(106) ere- gwahẽ **-ma**
2sg.- chegar **COMPL**
'você já chegou'

(107) o- gwahẽ **-ma**
3- chegar **COMPL**
'ele(s)/ela(s) já chegou/chegaram'

(108) oro- gwahẽ **-ma**
1pl.excl.- chegar **COMPL**
'nós (exclusivo) já chegamos'

(109) nha- gwahẽ **-ma**
1pl.incl.- chegar **COMPL**
'nós (inclusivo) já chegamos'

(110) pe- gwahẽ **-ma**
2pl.- chegar **COMPL**
'vocês já chegaram'

O morfema *-pa*, diferentemente dos outros sufixos aspectuais, é tônico, e ocorre para indicar que o evento foi realizado em sua totalidade. Tem a função também de enfatizar que o sujeito da ação participou inteiramente do processo.

(111) a- karu **-pa**
1sg.- comer **TOTAL**
'eu comi tudo'

(112) pe- gwahẽ **-mba**
2pl.- chegar **TOTAL**
'vocês chegaram todos'

(113) o- Ø- japo **-pa**

3- R² fazer **TOTAL**

‘ele fez tudo’

(114) ja- ju **-pa**

1pl.incl.- vir **TOTAL**

‘nós (inclusivo) viemos todos’

Seguem exemplos com mais de um aspecto sufixal combinado com o núcleo do predicado:

(115) a- karu **-pa -ma**

1sg.- comer **TOTAL COMPL**

‘já comi tudo’

(116) a- karu **-ta -ma**

1sg.- comer **PROJ COMPL**

‘já vou comer, estou para comer’

(117) a- karu **-ta -pa**

1sg.- comer **PROJ TOTAL**

‘vou comer tudo’

Como ficou demonstrado neste capítulo, a língua Kaiowá possui morfemas flexionais para indicar sujeito e objeto, por meio dos prefixos pessoais e relacionais, respectivamente. Identificamos também morfemas modais, como os que ocorrem no modo gerúndio e no modo subjuntivo. Além disso, apresentamos os mecanismos de negação utilizados nos modos indicativo, imperativo, gerúndio e subjuntivo, bem como alguns sufixos aspectuais que a língua possui. No próximo capítulo, apresentamos os processos derivacionais para a criação de verbos na língua Kaiowá.

CAPÍTULO III

3. A DERIVAÇÃO VERBAL EM KAIOWÁ

3.1 Derivação verbal em línguas Tupí-Guarani: vozes

Um processo bastante produtivo para a criação de novos verbos na língua Kaiowá, assim como nas demais línguas Tupí-Guaraní, é a marcação de voz. Rodrigues (1947) descreve sete vozes para o Tupinambá, sendo essas mesmas encontradas em outras línguas Tupí-Guaraní. As vozes são as seguintes:

- (a) *ativa*, em que o sujeito é simplesmente agente da ação indicada pelo verbo;
- (b) *causativa*, em que o sujeito faz outrem praticar a ação, em vez de ele mesmo praticá-la;
- (c) *causativo-prepositiva*, formada sobre os verbos transitivos, o sujeito faz com que alguém pratique a ação sobre outrem;
- (d) *causativo-comitativa*, em que o sujeito faz outrem exercer a ação, praticando-a ele também; portanto, o sujeito e o complemento praticam a ação conjuntamente, em companhia, sendo ambos agentes imediatos;
- (e) a *voz média*, em que o sujeito é especialmente interessado na ação.

Conforme Rodrigues (1947, p. 20), no Tupinambá temos três modalidades de média: *média reflexiva*, *média recíproca* e *média propriamente dita*:

- (f) a *voz média reflexiva* é aquela em que o sujeito pratica a ação sobre si mesmo, sendo, simultaneamente, agente e paciente;
- (g) *voz média recíproca*, na qual os sujeitos (plural) praticam a ação uns sobre os outros, mutuamente; e
- (h) a *voz média propriamente dita*, aquela em que o sujeito pratica a ação para si, em seu benefício. Com exceção da voz ativa, todas as outras possuem morfemas.

3.2 As vozes em Kaiowá

Cardoso (2008) apresenta uma breve descrição dos morfemas reflexivo e recíproco da língua Kaiowá, sendo *je-* e *jo-*, respectivamente. Além disso, considera em sua descrição a existência de morfemas causativos: causativo de verbos intransitivos, causativo de verbos transitivos e o causativo-comitativo. Em seu trabalho não fica claro que todos esses morfemas

são derivacionais. Além disso, considera ainda a existência de uma voz direta e uma voz inversa em verbos transitivos. Neste estudo, ampliamos os exemplos de verbos criados a partir das vozes reflexiva, recíproca, causativa, causativa prepositiva e causativa-comitativa. Com relação ao que Cardoso (2008) considerou vozes direta e inversa, discutimos no capítulo de flexão que tais morfemas são, na realidade, prefixos relacionais, cuja função é estabelecer a relação de dependência sintática entre o determinante e o determinado.

Considerar também a existência de voz direta e voz inversa, como propôs Cardoso (2008) é divergir do que tem sido compreendido nos estudos de línguas Tupí-Guaraní acerca das vozes. Como já afirmamos anteriormente, em que pese a possibilidade de considerar os relacionais como formadores de vozes, tomando como critério de análise a hierarquia de pessoas, essa proposta não dá conta de revelar a função fundamental da existência dos prefixos relacionais nas línguas Tupí-Guaraní, uma vez que a função morfossintática para estabelecer relações de dependência entre sujeito/verbo intransitivo e objeto/verbo transitivo, bem como a de marcar a contiguidade e não-contiguidade sintática dos argumentos não é contemplada nesse modelo de análise. Além disso, vozes são processos derivacionais, e os prefixos relacionais são morfemas flexionais.

Até o presente momento, identificamos em Kaiowá a voz média reflexiva, a voz média recíproca, a causativa, a causativa-comitativa e a causativa-prepositiva.

3.2.1 Voz média reflexiva em Kaiowá: *je-* ~ *nhe-*

Como já afirmamos, a voz reflexiva se caracteriza pela seguinte ideia: o sujeito pratica a ação sobre si mesmo, sendo, simultaneamente, agente e paciente.

(118) a- **je-** kutu
1sg.- **REFL** furar
'eu me furo'

(119) ere- **je-** kutu
2sg.- **REFL** furar
'você se fura'

(120) o- **je-** kutu

3- **REFL** furar

‘ele(s)/ela(s) se fura(m)’

(121) oro- **je-** kutu

1pl.excl.- **REFL** furar

‘nós (exclusivo) nos furamos (a nós mesmos)’

(122) ja- **je-** kutu

1pl.incl.- **REFL** furar

‘nós (inclusivo) nos furamos (a nós mesmos)’

(123) pe- **je-** kutu

2pl.- **REFL** furar

‘vocês se furam (a si mesmos)’

Com temas nasais, *je-* ocorre como *nhe-*:

(124) o- **nhe-** mbo- sarái

3- **REFL** CAUS esquecer

‘eles se divertiram’ – Barros (2014, p. 192)

(125) o- Ø- jo’o -ramo jepe nd= i- katu -i ha’e o- **nhe-** resende

3- R¹ cavar SUBJ CONC não R¹ poder NEG este 3- **REFL** salvar

‘mesmo que ele cave, ele não consegue se salvar’ – Barros (2014, p. 192)

Também tem sido utilizado como uma espécie de nominalizador, o que possibilita o uso de um tema verbal na função de argumento, uma vez que essa língua perdeu a função do caso argumentativo, ou índice nominal.

(126) o- **nhe-** mby- asy o- iko -vy xe Ø- sy gw- óga -py

3- **REFL** CAUS dor 3- estar.em.movimento GER 1sg. R¹ mãe R³ casa LP

‘minha mãe vive entristecendo-se na casa dela’ – Barros (2014, p. 193)

(127) a- mo- ndo xe Ø- **nhe-** mby- asy xe Ø- hegwi a- porahéi -vy

1sg.- CAUS ir 1sg. R¹ **REFL** CAUS dor 1sg. R¹ ABL 1sg.- cantar GER

‘eu mando minha tristeza embora de mim, cantando’ – Barros (2014, p. 193)

É possível também utilizar o *je-* em construções passivas, em que o sujeito paciente é uma terceira pessoa.

(128) t- embi- apo o- je- japo -kwe
R⁴ O.PAC fazer 3- REFL fazer RETR
‘o trabalho foi feito’

3.2.2 Voz média recíproca em Kaiowá: *jo-* ~ *nho-*

Baseado em Rodrigues (1947), como já vimos, a voz média recíproca indica que os sujeitos (plural) praticam a ação uns sobre os outros, mutuamente.

(129) o- jo- kutu
3- RECIP furar
‘ele(s)/ela(s) se fura(m)’

(130) oro- jo- kutu
1pl.excl.- RECIP furar
‘nós (exclusivo) nos furamos’

(131) ja- jo- kutu
1pl.incl.- RECIP furar
‘nós (inclusivo) nos furamos’

(132) pe- jo- kutu
2pl.- RECIP furar
‘vocês se furam’

(133) o- nho- mbo- aty
3- RECIP CAUS reunião

‘eles se reuniram’

3.2.3 A voz causativa em Kaiowá: *mbo-* ~ *mo-*

A voz causativa ocorre com o uso do morfema *mbo-/mo-* em Kaiowá. Ele se combina com temas nominais e temas verbais. Este prefixo constitui um tema transitivo a partir de um tema intransitivo. Conforme Rodrigues (1947), o sujeito de um tema causativo faz outrem praticar a ação, em vez de ele mesmo praticá-la.

(134) e- Ø- **mo-** porã =na
2sg.- R² CAUS bom ENF
‘faça bem feito’

(135) ko’ánga e- Ø- **mbo-** vy’a katu nh- amói
agora 2sg.- R² CAUS alegrar bom R⁴ avô
‘agora faça alegre de fato o vovô’ – Barros (2014, p. 182)

(136) o- Ø- **mo-** nhe’ẽ
3- R² CAUS falar
‘ele lê’

(137) e- Ø- **mbo-** jahu
2sg.- R² CAUS banhar
‘faça banhar ou dê banho’

(138) nha- Ø- **mbo-** py’a.gwapy jevy nh- amói
1pl.incl.- R² CAUS coração.sentar voltar R⁴ avô
‘nós fizemos o vovô ficar calmo de novo’ – Barros (2014, p. 203)

3.2.4 A voz causativa-prepositiva em Kaiowá: *-uka*

O morfema de voz causativa-prepositiva ocorre em verbos transitivos {-*uka*} e tem a função de fazer com que um sujeito faça com que alguém pratique a ação sobre outro (RODRIGUES, 1947).

(139) ogw- er- u o- h- exa **-uka** yva -gwasu
 3- C.COM vir 3- R² ver **C.PREP** fruta INTENS

‘Ele trouxe e mostrou-lhes (fez eles verem) a fruta grande’ – Barros (2014, p. 182)

(140) a- Ø- japo **-uka** João Ø- óga
 1sg.- R² fazer **C.PREP** João R⁴ casa

‘fiz João fazer a casa’

(141) Fábio o- Ø- juka **-uka** Pedro jagwarete
 Fábio 3- R² matar **C.PREP** Pedro onça

‘Fábio fez Pedro matar a onça’

(142) ere- i- pyhy **-uka** Maria pykasu
 2sg.- R² pegar **C.PREP** Maria pomba

‘você fez a Maria pegar a pomba’

(143) o- Ø- mo- nhe’ẽ **-uka**
 3- R² CAUS falar **C.PREP**

‘ele fez alguém ler algo’

3.2.5 A voz causativa-comitativa em Kaiowá: *era-* ~ *er-* ~ *ra-* ~ *r-*

De acordo com Rodrigues (1947), a voz *causativo-comitativa*, faz com que o sujeito faça outro exercer a ação, praticando-a ele também; portanto, o sujeito e o complemento praticam a ação conjuntamente, em companhia, sendo ambos agentes imediatos.

(144) jakare ogw- **era-** ha ke’y Ø- pe yvyra r- akã gwy r- upi
 jacaré 3- **C.COM** ir irmão R¹ POSP árvore R¹ cabeça baixo R¹ PERL

‘O jacaré levou o irmão por baixo do galho da árvore’ – Barros (2014, p. 151-152)

(145) ogw- er- u pakova
3- C.COM vir banana
‘ele trouxe banana’

(146) Ø- kokwe ogw- er- eko
R⁴ roça 3- C.COM estar.em.movimento
‘ele tem roça’

Apresentamos neste capítulo descrições sobre a derivação verbal em Kaiowá. A respeito da categoria de voz, apoiamos-nos no estudo descritivo do Tupinambá (cf. RODRIGUES, 1947). Para o Kaiowá, a categoria de voz é altamente produtiva, uma vez que nesta categoria há formação de novos verbos com base no vocabulário existente da língua. Classificamos os morfemas que caracterizam as vozes na seguinte ordem: voz média reflexiva (*je- ~nhe-*), voz média recíproca (*jo- ~nho-*), voz causativa (*mbo- ~ -mo*) e voz causativa-prepositiva (*-uka*) e, por fim, a voz causativa-comitativa (*era- ~er- ~ ra- ~ r-*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos esta dissertação como um longo processo de produção escrita que mobilizou não somente um tipo de conhecimento na área de descrição de línguas indígenas e conhecimentos linguísticos em geral, mas conhecimentos extralinguísticos, como os aspectos históricos, antropológicos, políticos, sociais e culturais referentes a uma comunidade indígena específica, a da TI Panambizinho, um local tradicionalmente Kaiowá, onde muitos aspectos próprios de sua cultura são mantidos e outros foram transformados, sobretudo com a ação colonizadora pela qual sofreu nos últimos cem anos.

É muito importante destacar que a história dessa cultura foi essencial para a dedicação de um capítulo inteiro, o capítulo 1, para que estes aspectos extralinguísticos fossem evidenciados, pois são características inerentes à cosmologia e ao modo de viver Kaiowá. Se descrevêssemos somente os aspectos linguísticos estaríamos ferindo à cultura Kaiowá e a todos os indígenas de um modo geral. Língua e cultura não podem ser desmembrados, pois tenderíamos ao mecanicismo acadêmico em que não se procura ser sensível à cultura do outro. Também evidenciamos neste capítulo como está contextualizada parte da Educação Escolar Indígena no que se refere ao ensino de línguas, materna e segunda língua na escola indígena Kaiowá da TI Panambizinho, a escola municipal Pa'i Chiquito Pedro em dois momentos, 2013 e 2015, sob o olhar de duas pesquisadoras e professoras indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - *Teko Arandu*.

Evidenciamos nos capítulos dos aspectos linguísticos, capítulos 2 e 3, a morfologia flexional e morfologia derivacional, respectivamente, com dados coletados em pesquisa de campo e dados extraídos de pesquisas já realizadas sobre a língua. Inicialmente optamos em nossa pesquisa em descrever muitas características morfológicas e sintáticas da língua, como as categorias de Tempo, Modalidade, Aspecto e também os predicados verbais. Porém, observamos que não poderíamos fazer isso no período de tempo que tivemos, já que não somos falantes nativos e temos consciência de que na língua existe uma complexidade de fenômenos linguísticos ocorrendo de acordo com o grau de formalidade, informalidade, faixa etária, gênero dos falantes e características culturais intrínsecas à língua. Fizemos, desta maneira, um filtro em nossas descrições, atentando-nos somente em descrever alguns fenômenos da língua em relação à flexão e derivação verbal.

No capítulo dois, sobre flexão verbal em Kaiowá, optamos por descrever a língua em conformidade com os estudos que vêm sendo feito tradicionalmente para as línguas indígenas

da família Tupí-Guaraní. Descrevemos, desse modo, os prefixos pessoais e prefixos relacionais. Descrevemos no mesmo capítulo os modos verbais em Kaiowá. Primeiramente, descrevemos os morfemas e suas funções características para os modos indicativo e imperativo em orações independentes; e os modos gerúndio e subjuntivo, consideradas orações dependentes, apresentando também as formas negativas dos predicados em todos esses modos. Descrevemos ao fim do capítulo três sufixos aspectuais que evidenciam a característica da completude/projetividade/totalidade de um evento.

No capítulo três descrevemos somente a categoria de voz, uma categoria altamente produtiva na língua, de acordo com os estudos de línguas Tupí-Guaraní. Os morfemas da categoria de voz descritos são morfemas que possuem alomorfia, ou seja, possuem variações morfológicas, dependendo se está em contexto nasal, como *nhe-* para a voz média reflexiva, *nho-* para a voz média recíproca, *mo-* para a voz causativa e *era-* ~ *er-* ~ *ra-* ~ *r-* para a voz causativo-comitativa.

Ressaltamos que a nossa dissertação buscou descrever algumas das características morfológicas que observamos ser mais evidentes na língua Kaiowá, particularidades da língua observadas ao longo dos dois anos. Não buscamos nos delongar em explicações extensas sobre fenômenos da língua e sim em descrever mais objetivamente possível para a facilidade na leitura, porém sem a pretensão de ser superficial no estudo. Tomamos como base de escrita teses e dissertações referentes às línguas da família Tupí-Guaraní que também buscaram esta objetividade nas descrições e não menos importante se debruçaram em falar sobre a cultura e história das pessoas que falam tais línguas.

Buscamos, logo assim, com a escrita da dissertação, mobilizar um tripé de conhecimentos sobre: a cultura Kaiowá da TI Panambizinho, com base em trabalhos de antropólogos, historiadores; parte da realidade da escola municipal Pa'i Chiquito Pedro de mesma localidade, com base nos trabalhos de quem conhece a cultura e o ensino de línguas; e a descrição morfológica dos verbos em Kaiowá, com base em trabalhos sobre a família Tupí-Guaraní e dados extraídos de falantes do Kaiowá.

Com este tripé sustentando toda a dissertação buscamos, por fim, no critério linguístico, descrever parte da microestrutura verbal da língua Kaiowá e disponibilizar como um possível fonte para produção de materiais didáticos ou propostas de atividades didáticas contextualizadas para a realidade indígena, seja no âmbito escolar ou em nível superior, especialmente para o público de professores e acadêmicos indígenas Kaiowá da região sul do Estado que ensinam a língua materna em escolas e estão comprometidos com o diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, Joseph de. **Arte de grammatica da lingua mais usada na Costa do Brasil**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. (Eds. facsimilares: Leipzig: Teubner, 1876; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933; Sao Paulo: Ed. Anchieta, 1946; Salvador: UFBA, 1980 e 1981; Sao Paulo: Ed. Loyola, 1990.)

BARROS, Eliane B. L. de. **Dicionário bilingue Kaiwá-Português**. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas-MS: UFMS, 2014.

BECKER, Ítala Irene Basile. Lideranças Indígenas no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguay, **Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo, n. 47, p. 01-197, 1992.

BENITES, Adão F. et al. **Avañe'ẽ**. Dourados, MS: Editora UEMS, 2015, 135f.

BENITES, Tônico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

BYBBE, Joan L. Chapter 4: The lexical/derivational/inflectional continuum. In: **Morfology: a study of the Relation between Meaning and Form**. Vol 9. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985, pp. 81-110.

BRAND, Jacob. **O confinamento e seu impacto sobre os pai-Kaiowá**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1993.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC, 1997.

BRIDGEMAN, Loraine I. **A note on stress in Kaiwá**. Arquivo Linguístico no 225. Brasília-DF: Summer Institute of Linguistic, 1960.

_____. **Kaiwa (Guarani) phonology**. International Journal of American Linguistics, 27, 1961, p. 329-334.

_____. **O parágrafo na fala dos Kaiwá-Guarani**. Tese de Doutorado em Filosofia, Departamento de Linguística de Indiana, Bloomington, Indiana, EUA, 1966. Republicado em Brasília-DF: Summer Institute of Linguistics, 1981.

BRASIL. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Ana Suelly Arruda C. **Fonologia da língua Jo'é**. Universa (UCB), Brasília, v. 1, p. 50-60, 2000.

_____. Flexão Relacional na família Tupí-Guaraní. In: **Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)**, Fortaleza-CE, v. 25, p. 233-262, 2001.

CABRAL, Ana Suelly Arruda C.; RODRIGUES, Aryon Dall' Igna (Org.) . **Línguas e Culturas dos Povos Tupí**. 1. ed. Campinas: Curt Nimuendajú, 2007. v. 1. 340p .

CARDOSO, Valéria F. **Um estudo de categorias sintagmáticas da língua Kaiowá/Guarani**. Dissertação (Mestre), Centro Universitário de Três Lagoas, UFMS, Três Lagoas-MS, p. 115, 2001.

_____. **Aspectos morfossintáticos da Língua Kaiowá (Guarani)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP: [s.n.], 2008.

CATÃO, H. V; MARTINS, A. M. S. **Negação em Kaiowá**. Apresentação realizada no VIII Encontro de Pesquisa na Graduação de Letras (EPGL); VII Congresso Nacional de Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS); V Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação de Letras (EPPGL), 08 a 10 de junho de 2016. Dourados: UEMS, 2016. Artigo no prelo, 2017.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Assis, SP: UNESP, Tese (Doutorado em História), 2013.

CHAMORRO, Graciela. **Kurusu Ñe'êngatu ou palavras que a história não poderia esquecer**. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 1994.

_____. **Terra Madura, Yvyraguyje: Fundamento da Palavra Guarani**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008. v. 1. 367p .

_____. **História Kaiowa**. Das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CHAMORRO, Graciela; PEREIRA, Levi. Missões Pentecostais na Reserva Indígena de Dourados - RID: origens, expansão e sentidos da conversão. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura, Transformações Sociais**. Dourados: Editora UFGD, 2015, 631-654.

COMBÈS, Isabelle. Tras la huella de los ñanaigua: de tapii, tapiete y otros salvajes em el Chaco boliviano. In: **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines**, v. 33, n.3. Paris, 2004.

CONCIANZA, Fábio. **ANTROPONÍMIA KAIOWÁ: TÉRY TEE TEKOKA PANAMBIZINHO-PY1**. Dourados-MS, 2017. 15p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu*) - Área Linguagens - FAIND - UFGD, 2017.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

DIXON, R. M. W. **Basic linguistic theory**. v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FIGUEIRA, Luis. **Arte de grammatica da lingua brasilica**. (Segunda edição). Lisboa: Miguel Deslandes, 1687. (Reedição facsimilar: Leipzig: Teubner, 1878).

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. São Paulo: Câmara Nacional do Livro, 1988, 163p.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**: a functional-typological introduction. John Benjamins Publishing Press, 1984.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil** – Ensaio sobre o holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis, Editora Vozes, 1991.

GRANNIER, Danielle Marcelle. Evidências do Guarani Antio para uma Hierarquia das Categorias Gramaticais. In: **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, Maceió: Imprensa Universitária UFAL, v. 20, p. 55-59, 1997.

GREEN, Harold. **Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Divisão de Antropologia, Setor Linguístico, 1960.

HARRISON, Carl. H; TAYLOR, John M. **Nasalization in Kaiwá**. In: D. Bendor-Samuel (ed.) *Tupi Studies 1*, University of Oklahoma, Norman, 1971, p. 15-20.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, pp. 1-254.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ISA. **Guarani Kaiowá** – organização sociopolítica. Programa Povos Indígenas no Brasil, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/55>>. Acesso 01 de jul 2015.

JOSÉ FILHO, Antônio. **A performatividade na linguagem da resistência Kaiowa/guarani**. Campinas, SP: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2005.

KNAPP, Cássio. **O ensino bilíngue e a educação escolar indígena para os Guaraní e Kaiowá de MS**. Dourados, MS: UFGD, Tese (Doutorado em História), 2016.

LIMA, Marcos Homero Ferreira. Quando a terra indígena é um acampamento de baracos: situações vivenciadas por índios Guarani Kaiowa e Nandeva em Mato Grosso do Sul. In: **XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul**, 2012, Campo Grande, 2012.

MACIEL, Nely Aparecida. **História da Comunidade Kaiowá da aldeia Panambizinho (1920-2005)**. Dourados: Editora UFGD, 2012.

MACIEL, Nely A.; EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A cerimônia do Kunumi Pepy entre os Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURA**, 1., 2003. Anais... Dourados, Mato Grosso do Sul: Universidade Federal, 2003.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva. **Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o guatú e o tronco linguístico Macro-Jê**. Tese de Doutorado. Brasília, UnB, 2011.

_____. A presença do prefixo correferencial de terceira pessoa em uma variedade da língua Kaiowá. In: PRIA, Albano Dalla et al. (Orgs.). **Linguagem e línguas: invariância e variação**. Campinas-SP: Pontes, 2014.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva; MEJIA, Blanca Flor Demenjour Munoz. **Prefixos, clíticos ou pronomes independentes?** Uma análise das marcas pessoais em função argumental na língua Kaiowá. Apresentação realizada no VIII Encontro de Pesquisa na Graduação de Letras (EPGL); VII Congresso Nacional de Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS); V Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação de Letras (EPPGL), 08 a 10 de junho de 2016. Dourados: UEMS, 2016.

_____. Pronomes pessoais independentes em Kaiowá. In: **Anais do VIII Encontro de Pesquisa na Graduação de Letras (EPGL); VII Congresso Nacional de Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS); V Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação de Letras (EPPGL)**, 08 a 10 de junho de 2016. Dourados: UEMS, 2017, no prelo.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva; MEJIA, Blanca Flor Demenjour Munoz; OLIVEIRA, Gabriel Barros Viana de. **O sufixo -ramo em Kaiowá**. Apresentação realizada no III ENEPEX UFGD, Dourados: UFGD, 2016.

MELIÀ, Bartolomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. **Pai-Tavyterã. Etnografia Guaraní del Paraguay contemporâneo**. Assuncón: CEADUC/CEPAG, (1976), 2008.

MONTEIRO, Jhon Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC, 1995. p. 221-236.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Campinas: UNICAMP (Tese de Livre Docência), 2001.

MONTOYA, Antonio Ruíz de. **Arte y vocabulario de la lengua guarani**. Madrid, 1640. Reprodução facsimilar integral: Madrid: Cultura Hispánica, 1994: reproduces facsimilares só da Arte: Leipzig: Teubner, 1876, e Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1993.

PAYNE, Doris L. **Amazonian Linguistics: Studies in Lowland South American Languages**. Austin: University of Texas Press, 1990.

PAYNE, Thomas E. **Describing morphosyntax: a guide for field linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PEDRO, Patrícia da Silva; PEDRO, Leide da Silva (Panambizinho). Dados recolhidos do “Questionário de pesquisa - das condições socioeducacionais e linguísticas da comunidade e escola indígena”. In: **Atividades acompanhadas I**, Faculdade Intercultural Indígena -

FAIND, Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu*, UFGD, Turma 2015, Bloco Comum, UFGD, 2015.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social kaiowá**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

_____. Significados do processo de conversão dos Kaiowa e Guarani ao pentecostalismo e sua inserção no cenário de inovação cultural. In: LANGER, P. P.; CHAMORRO, G. (org.). **Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena. XII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, v. II**. São Bernardo do Campo: Nhnaduti Editora, 2012.

PIMENTEL, Spensy Kimitta. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2012.

PPC. **Projeto pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu**. UFGD, Dourados-MS, 172 p., 2012.

RESTIVO, Paulo. **Arte de la lengua guaraní**. Pueblo de Sta. María la Mayor, 1724. Reprodução: Stuttgart, 1892.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. .A categoria de voz em Tupí. **Logos** 6:50-53, Curitiba, 1947.

_____. A composição em Tupí. **Logos** 14:63-70, Curitiba, 1951.

_____. Análise morfológica de um texto Tupí. **Logos**, 15:56-77, Curitiba, 1952.

_____. Morfologia do Verbo Tupí. **Letras**, Curitiba, v. 1, p. 121-152, 1953.

_____. Classificação do Tronco Tupi. In: **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, São Paulo, v. 12, 1964.

_____. Estrutura do Tupinambá. **Línguas e Cultura Tupí**, vol. 2. Editora Curt Nimuendajú, LALI, UnB, 1981.

_____. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. In: **Revista de Antropologia**, separata dos volumes XXXVII/XXVIII. São Paulo, 1984/1985.

_____. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. Edição: Edições Loyola, 1986.

_____. **Argumento e Predicado em Tupinambá**. Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), n. 19, 1996, p. 57-66.

_____. Flexão relacional no tronco linguístico Macro-Jê. In: **ABRALIN** (Curitiba), Fortaleza-CE, v. 25, p. 219-231, 2000.

_____. Alguns problemas em torno da categoria lexical verbo em línguas Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly A. C.; RODRIGUES, Aryon D. (Orgs.). **Estudos sobre Línguas Indígenas I**. Belém: EdUFPA, 2001, p. 87-100.

_____. **Línguas e culturas Tupí**. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (org). Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UNB, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda C. (Orgs.). O desenvolvimento do gerúndio e do subjuntivo em Tupí-Guaraní. In: **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora UnB, 2005, pp. 47-58.

_____. **Investigando a Origem e o Desenvolvimento de Orações Dependentes nas Famílias do Tronco Lingüístico Tupí**. Revista da ABRALIN, v. 5, p. 11-32, 2006.

_____. **The interface of stress and nasality in Tupí-Guaraní languages in a historical perspective**. Linguística (Rio de Janeiro), v. 7, p. 1-15, 2011.

_____. In: CAMPBELL, L; GRONDONA, V (Eds.). **The indigenous languages of South America** – a comprehensive guide . 1 ed. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, v. 2, 2012, pp. 495-584.

_____. Tupian Languages. In: Cabral, Ana Suelly A. C.; Aryon Dall'Igna Rodrigues. (Org.). **Tupian**. 1ed. Oxford: Oxford University Press, v. 1, p. 1-39, 2014.

RODRIGUES, Aryon D.; CABRAL, Ana Suelly Arruda C.; SILVA, Beatriz Carretta C. Evidências linguísticas para a reconstrução de um nominalizador de objeto ****mi-** em Proto-Tupí. In: **Estudos da Língua(gem)**, v 4.2, p. 21-39, 2006.

SILVA, Tabita Fernandes da; CABRAL, Ana Suelly Arruda C. Desvendando a História Interna do Morfema P'' da língua Tenetehára. **Estudos da Língua(gem)**, p. 77-86, v. 4, n. 2, 2006.

SILVA, Camila André do Nascimento. **O uso de neologismos por empréstimo em Kaiwá: um estudo preliminar da versão do Novo Testamento Bíblico**. Dissertação de Mestrado. Três Lagoas: UFMS, 2011.

SOLANO, Eliete de Jesus Bararuá. **Descrição gramatical da língua Araweté**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2009.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay II, Etnohistoria de los Guaranies**. Época colonial. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979-1980.

TAYLOR, John; TAYLOR, Audrey. **Statement of Kaiwá grammar from clause to morpheme level**. Arquivo Lingüístico 44: Dourados, MS. SIL, 1966, p. 1-30.

TAYLOR, John M. Marcação temporal na língua kaiwá. In: R. A. Dooley (ed.), **Estudos sobre línguas tupí do Brasil**, 37-121. Série Lingüística, 11. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1984.

VERON, Geisabel (Panambizinho). Dados recolhidos do “Questionário de pesquisa - das condições socioeducacionais e linguísticas da comunidade e escola indígena”. In: **Atividades acompanhadas I**, Faculdade Intercultural Indígena - FAIND, Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu*, Turma 2013 - Bloco I, UFGD, 2013.

VIETTA, Kátia. **Relatório final da perícia realizada na área indígena Panambizinho**, distrito de Panambi, município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Perícia Judicial – Processo 96158-8. Campo Grande-MS, 29 de dezembro de 1998.

_____. **Histórias sobre terras e xamãs kaiowa**: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados-MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VIEGAS, Livia Ribeiro. **Nomes e predicados nominais em Kaiowá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017.

VILHALVA, Felisberto C.; SILVA, Eldo da. **Argumento e predicado em Kaiowá** – uma proposta de análise linguística para o ensino de verbos e nomes em escolas indígenas Guarani e Kaiowá, Dourados-MS, 2017. 15p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu*) - Área Linguagens - FAIND - UFGD, 2017.